

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Carlos Alberto Martins

**ANÁLISE DO CRÉDITO PARA INVESTIMENTO NA AGROPECUÁRIA
CATARINENSE ENTRE O ANO DE 2000 A 2017**

Florianópolis/SC

2019

Carlos Alberto Martins

**ANÁLISE DO CRÉDITO PARA INVESTIMENTO NA AGROPECUÁRIA
CATARINENSE ENTRE O ANO DE 2000 A 2017**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Arlei Luiz Fachinello

Florianópolis/SC

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Martins, Carlos Alberto
Análise do crédito para investimento na
agropecuária catarinense entre o ano de 2000 a
2017. / Carlos Alberto Martins ; orientador, Arlei
Luiz Fachinello, 2019.
65 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Ciências Econômicas,
Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Crédito Rural. 3.
Crescimento Econômico. 4. Influência. 5.
Agropecuária. I. Fachinello, Arlei Luiz. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Ciências Econômicas. III. Título.

**ANÁLISE DO CRÉDITO PARA INVESTIMENTO NA AGROPECUÁRIA
CATARINENSE ENTRE O ANO DE 2000 A 2017**

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 8,5 ao aluno Carlos Alberto Martins na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho, requisito obrigatório para a obtenção do Título de “Bacharel em Ciências Econômicas”.

Florianópolis, 03 de dezembro de 2019.

Prof. Dr. Daniel Vasconcelos
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Arlei Luiz Fachinello – UFSC
Orientador

Prof.^a Dr. Lauro Francisco Mattei – UFSC
Membro da Banca

Prof. Dr. Ronivaldo Steingraber – UFSC
Membro da Banca

In Memoriam de Minha Mãe, Célia Regina Machado Martins.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu o dom da vida.

Agradeço a minha família por todo suporte, apoio e paciência nesse trajeto acadêmico.

Aos amigos e colegas que compartilharam comigo momentos de conquistas, alegrias, angústias, tensões e loucuras no decorrer dos anos.

Aos professores e à Universidade Federal de Santa Catarina pelo ensino de qualidade e pela contribuição para meu desenvolvimento enquanto ser humano.

Meus agradecimentos também vão ao meu orientador Prof. Dr. Arlei Luiz Fachinello, que compartilhou seu conhecimento com paciência e disponibilidade no decorrer do trabalho.

Por fim, obrigado a todos aqueles que colaboraram de algum modo, na minha vida e na minha trajetória acadêmica.

“Sábio é o ser humano que tem coragem de ir diante do espelho da sua alma para reconhecer seus erros e fracassos e utilizá-los para plantar as mais belas sementes no terreno de sua inteligência” (Augusto Cury, 2002).

RESUMO

O setor agropecuário catarinense é um importante aliado para o Crescimento Econômico. Para isso, medidas de incentivo, como políticas de crédito, são necessárias para incentivar a produção e assim sendo, contribuindo com o desenvolvimento econômico desse setor. O objetivo geral desta monografia é analisar o comportamento da produção agropecuária e do crédito de investimento em Santa Catarina no período de 2000 a 2017. Como processo metodológico, a coleta de dados será realizada com uma pesquisa documental, aonde os dados, serão retirados de Indicadores Econômicos entre os anos de 2000 a 2017 e de fontes bibliográficas, para analisar e comparar a influência que o crédito tem sobre o crescimento econômico do PIB agropecuário de Santa Catarina. Conclui-se que, o bom desempenho apresentado pela agropecuária no período analisado se deve principalmente ao incentivo de crédito de investimento, pois através desta modalidade de financiamento, os produtores modernizam seus estabelecimentos, maquinários e equipamentos, possibilitando o aumento da produtividade e conseqüentemente da produção.

Palavras-chave: Crédito Rural. Crescimento Econômico. Influência.

ABSTRACT

Santa Catarina's farming sector is an important ally for the economical growth of the state. For this, incentive measures, such as credit policies, are necessary to encourage production and thus contributing to the economic development of this sector. The general objective of this monograph is to analyse the behaviour of agricultural production and investment credit in Santa Catarina from 2000 to 2017. As a methodological process, data collection will be performed with a documentary research, where data will be taken from Economic Indicators from 2000 to 2017 and from bibliographic sources, to analyse and compare the influence that credit has on economic growth of Santa Catarina's agricultural GDP. It is concluded that the good performance presented by the farming sector in the analysed period is mainly due to government credit, therefore through this financing modality, the producers can modernize their establishments, machinery and equipment, allowing the increase of the productivity and consequently of the output.

Keywords: Agricultural Credit. Economic Growth. Influence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Principais marcos institucionais do sistema de crédito agrícola brasileiro.....	25
Figura 2 - Participação do crédito rural no PIB da agropecuária no Brasil (1969-2011).....	29
Figura 3 - Origem atual do crédito rural.....	30
Figura 4 - Receita estimada atual na concessão de crédito rural (2018)	30
Figura 5 - Evolução do volume de produção em Santa Catarina e volume de produção do setor agropecuário de Santa Catarina e Brasil 2000 a 2018 (%).....	35
Figura 6 - Valor bruto da produção (VBP) dos principais produtos das lavouras temporárias de Santa Catarina (2017)	38
Figura 7 - Valor bruto da produção (VBP) dos principais produtos das lavouras permanentes de Santa Catarina (2017)	39
Figura 8 - Evolução do valor financiado por atividade em Santa Catarina (2000-2017).....	47
Figura 9- Evolução do valor financiado por finalidade em Santa Catarina (2000-2017)	48
Figura 10- Evolução do crédito de investimento por atividade em Santa Catarina (2000-2017)	51
Figura 11 - Evolução dos contratos dos itens financiados pelo crédito de investimento em Santa Catarina (2000-2017).....	52
Figura 12 - Evolução do valor dos itens financiados pelo crédito de investimento em Santa Catarina (2000-2017).....	53
Figura 13 - Evolução do valor do crédito de investimento no setor agrícola dos itens financiados em Santa Catarina (2000-2017)	54
Figura 14 - Evolução do valor do crédito de investimento no setor pecuário dos itens financiados em Santa Catarina (2000-2017)	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da área dos estabelecimentos agropecuários (hectares), e número de estabelecimentos em Santa Catarina (2006 e 2017).....	37
Tabela 2 - Área colhida (hectares), quantidade produzida e produtividade das lavouras temporárias e permanentes em Santa Catarina (2006-2017).....	40
Tabela 3 - Produção dos principais produtos de origem animal em Santa Catarina (2006-2017).....	41
Tabela 4 - Produção dos cinco principais efetivos de rebanho por cabeça em Santa Catarina (2000-2017).	42
Tabela 5 - Valor bruto de produção (VBP) dos dez produtos mais importantes de Santa Catarina (2016-2017).....	44
Tabela 6 - Total de contratos e valor financiado (R\$ bilhão) em Santa Catarina e no Brasil (2000-2017).	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CNM - Conselho Monetário Nacional

CREAI – Carteira de Crédito Agrícola e Industrial

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Mapa - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

PAP - Plano Agrícola e Pecuário

PIB - Produto Interno Bruto

SC – Santa Catarina

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	OBJETIVOS.....	17
1.1.1	Objetivo Geral	17
1.1.2	Objetivos Específicos.....	17
1.2	METODOLOGIA	18
2	REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1	RELAÇÃO ENTRE O CRÉDITO RURAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO.....	20
2.2	POLITICAS DE CRÉDITO RURAL NO BRASIL	24
3	ANÁLISE DOS FLUXOS DE CRÉDITO RURAL EM SANTA CATARINA E SUAS RELAÇÕES COM O CRESCIMENTO ECONÔMICO ESTADUAL	34
3.1	EVOLUÇÃO PRODUTIVA DA AGROPECUÁRIA EM SANTA CATARINA....	34
3.2	ANÁLISE DO CRÉDITO RURAL EM SANTA CATARINA	44
4	CONCLUSÃO	56
	REFERÊNCIAS	59

1 INTRODUÇÃO

A agropecuária é um setor importante para o crescimento e desenvolvimento da economia brasileira. Todavia, medidas de incentivo, como acesso ao crédito, são necessárias para alavancar o crescimento e desenvolvimento de uma atividade produtiva.

Segundo Belik (2014), a política de crédito rural torna-se o principal instrumento de política setorial de apoio ao produtor, promovendo o crescimento e desenvolvimento socioeconômico da agropecuária nacional.

O subsídio da produção agropecuária, por intermédio do sistema de crédito, é uma prática comum adotada pelas nações para incentivar e fomentar o desenvolvimento do setor, principalmente porque condições climáticas podem ser consideradas um fator de risco adicional às atividades relacionadas ao agronegócio, quando comparada indústria e comércio (BANCO DO BRASIL, 2004).

De acordo com Meirelles (2008), o crédito financiado tem a incumbência de proporcionar autonomia aos produtores, que em geral, não dispõem de recursos próprios suficientes para a manutenção da atividade ou modernização dos fatores de produção. Para Orfeuil (2003), o crédito agropecuário é o maior instrumento responsável pela modernização do setor primário da economia.

No Brasil, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), foi institucionalizado no ano de 1965, como política de desenvolvimento da produção rural do país, pela Lei 4.829/1965 e regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), com a finalidade de regulamentar a concessão de crédito às atividades agropecuárias, em condições especiais.

Art. 3º Os objetivos específicos do crédito rural são: I - estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural;
II - favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;
III - possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;
IV - incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo (BRASIL, 1965, p. 01).

Na opinião de Leite (2001, p. 129), o sistema promove o aumento da produtividade a consolidação do complexo agroindustrial, da cadeia agroalimentar, a integração do capital agrário e a valorização do capital financeiro.

De acordo com os dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (BRASIL, 2017), o ano de 2017 foi excepcional para a agropecuária brasileira, pois o país teve um crescimento positivo do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário de 13,0% no ano, enquanto o PIB da economia teve um crescimento somente de 1,0%. Além do mais, o mesmo divulgou o Plano Agrícola e Pecuário 2017/2018: R\$ 200 bilhões para o campo, onde consta aumento de investimento crescente de 2,4% a mais de créditos no que na safra anterior, um volume total de R\$ 200,25 bilhões.

Por sua vez, o Estado de Santa Catarina (SC), segundo os indicadores econômico-fiscais do governo (SANTA CATARINA, 2018), mesmo vindo de recessões nos anos anteriores, o ano de 2017 resultou em uma melhora. O estado catarinense apresentou um crescimento estimado de 3,9%, ou seja, acima do PIB nacional. O setor agropecuário, beneficiado pelas condições climáticas e avanços na produtividade, resultou em um crescimento de 10%, onde a agricultura e a pecuária apresentaram bons resultados.

Conforme a síntese Anual da Agricultura (EPAGRI, 2017), SC está entre os dez estados, mais importantes na produção da agropecuária do país mesmos com seu diminuto território. Esse destaque se deve, em grande parte, ao alto valor agregado da atividade desenvolvida, na fruticultura e produção animal.

Já o crédito rural em SC, segundo o Plano Agrícola e Pecuário 2017/2018 (BRASIL, 2017), contou com aproximadamente R\$ 188,4 bilhões para financiamento aos produtores rurais e suas cooperativas, em suas atividades de produção, comercialização e industrialização, e R\$ 38,15 bilhões para investimentos, ou seja, tendo um aumento de 12% no número de investimentos.

Ainda, SC destaca-se no país por significativos volumes de aplicação no crédito rural, do valor total utilizado no Brasil, em relação ao número de aplicações o estado utilizou 5,9% no ano de 2015 está na 5ª posição, 7,21% em 2016 (EPAGRI, 2017).

Levando em consideração o exposto, o presente trabalho pretende analisar os fluxos de crédito agropecuário e a produção em Santa Catarina entre os anos de 2000 e 2017. Para avaliar essa relação, utilizam-se alguns indicadores econômicos.

A importância desse estudo se deve ao fato de que a agropecuária é um setor relevante para a economia catarinense, além do que, esse setor também é responsável pelo

sustento de inúmeras famílias que vivem no meio rural. Referente à área de produção, o estado apresenta uma área fundiária de baixa concentração, ou seja, com pequenas propriedades, predominando a agricultura familiar.

Para que os produtores possam sobreviver ao mercado competitivo, é necessário que haja mudanças (modernização) nos fatores produtivos. Porém, nem sempre os produtores dispõem de recursos para realizar essas mudanças, ou seja, necessitando de medidas de incentivo como o crédito rural para realizarem seus projetos produtivos.

O Crédito Rural é um componente estratégico da política de desenvolvimento rural, aonde o governo é peça fundamental deste jogo, financiando a produção dos produtores. De modo que visando à importância da agropecuária no cenário econômico catarinense, despertou o interesse desta pesquisa em descobrir se realmente é apenas o crédito que determina as alterações no cenário econômico.

Autores como King e Levine (1993) apresentaram em seu trabalho evidências empíricas de que o desenvolvimento financeiro causa o crescimento econômico. Da mesma forma, para Guimarães (2014), estimular a produção agrícola através do crédito rural subsidiado é fundamental para que se haja desenvolvimento do setor do agronegócio.

Portanto, esse estudo contribuirá para um melhor entendimento da agropecuária catarinense e da importância do crédito rural, que no qual, se destaca como uma ferramenta importante para o crescimento econômico de uma economia.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta monografia é analisar o comportamento da produção agropecuária e do crédito de investimento em Santa Catarina no período de 2000 a 2017.

1.1.2 Objetivos Específicos

Para que o objetivo geral possa ser contemplado, se faz necessário cumprir os seguintes objetivos específicos:

- a) Apresentar as Políticas do Crédito no Brasil, desde a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural em 1965;
- b) A evolução do crédito geral em relação com crescimento do PIB;
- c) Analisar especificamente a evolução do crédito de investimento e seu papel na expansão da produção.

1.2 METODOLOGIA

Para adquirirmos os dados é essencial projetar um modelo conceitual e operativo (denominado de delineamento) aonde o mesmo se refere ao planejamento de pesquisa de forma ampla com diagramação, previsão de análise, compreensão de coleta de dados, considerando o ambiente em que os dados foram coletados e controle das variáveis envolvidas (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54).

Logo, para Prodanov e Freitas (2013), o mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados, podendo ser definidos em dois grupos: I) fontes de papel a pesquisa será de caráter (bibliográfica e documental) e II) dados fornecidos por pessoas em pesquisa (experimental, *ex-post-facto*, o levantamento, o estudo de caso, ação e participante).

Portanto, para atender os objetivos propostos nesse projeto, o procedimento adotado para coleta de dados será através de pesquisa documental. Os dados serão retirados de Indicadores Econômicos entre os anos de 2000 e 2017 e de fontes bibliográficas, para analisar e comparar os fluxos de produção e de crédito em Santa Catarina, e observar suas relações.

[...] a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento (SILVA; MENEZES, 2001, p. 21).

Em consonância com o exposto Vergara (2000), afirma que a pesquisa descritiva externa as características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo correlações entre as variáveis e define sua natureza. Coloca ainda que a pesquisa não tenha o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

Mattar (1999) complementa, afirmando que a utilização desse tipo de pesquisa deverá ocorrer quando a intenção do estudo for apresentar as características de grupos, avaliando a proporção de elementos que tenham determinadas características ou

comportamentos, dentro de um grupo de indivíduos, encontrando ou verificando a existência de uma entre variáveis.

Seguidamente, Triviños (1987) expõe que os estudos descritivos não ficam simplesmente na coleta, ordenação, classificação dos dados, eles podem estabelecer relações entre variáveis. Neste estudo o pesquisador necessita conhecer o assunto para assim, analisar os resultados sem a interferência pessoal.

Quanto à abordagem, a pesquisa pode ser classificada como qualitativa ou quantitativa. Este estudo classifica-se como quantitativo, pois para Beuren *et al.* (2006), é descrito como um método que, frequentemente, é utilizado em pesquisas descritivas, pois busca descobrir e classificar a existência de relação entre as variáveis e o acontecimento dos fenômenos.

Portando, na abordagem do problema será utilizado o método quantitativo através de uma pesquisa descritiva, buscando constatar se o crédito rural é uma variável determinante sobre o crescimento da Economia de Santa Catarina, analisando a relação da evolução do crédito rural e do PIB agropecuário Catarinense, com os dados coletados junto ao censo agropecuário, Banco Central, EPAGRI e de fontes secundárias.

Os capítulos que introduzem a fundamentação teórica serão divididos em duas seções. A primeira irá apresentar as relações entre o crédito rural e o crescimento econômico e o segundo apresentará as políticas de crédito no Brasil. Já o capítulo que verifica a evolução da agropecuária e o crescimento do crédito rural está dividido em duas seções. A primeira aborda a evolução da agropecuária catarinense, mostrando sua estrutura fundiária e a produção dos setores agrícola e pecuário. A segunda apresenta a evolução do crédito rural no estado, mostrando a oferta de crédito por setores, modalidades e destacando a destinação do crédito rural para o investimento como uma ferramenta importante para o crescimento da economia catarinense.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 RELAÇÃO ENTRE O CRÉDITO RURAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO

A agropecuária do Brasil tem sido vista como o setor de maior contribuição para ao PIB nacional, além de gerar um superávit na balança comercial, já que é o setor que mais exporta, abastecendo mercados externos, no que se refere a produtos alimentícios ainda não manufaturados (BREITENBACH, 2014).

Rodrigues (2006) expõe que o país obtém 22% das terras produtivas do mundo, além de possuir uma mecanização moderna, tornando o agronegócio brasileiro um setor eficiente e competitivo no cenário internacional.

Segundo Bento (2017), alguns fatores contribuem para o desenvolvimento da agropecuária no Brasil, por exemplo, o fato de o país possuir uma grande população, conseqüentemente uma demanda interna, com superfícies favoráveis a ocupação rural, solo fértil em grande parte das terras e condições climáticas favoráveis.

Historicamente, como descrito por Oliveira (2010), a atividade agrícola surgiu no início das civilizações, quando o homem começou a plantar sementes para obter alimentos provendo sua sobrevivência. Com o tempo, o cultivo foi se aperfeiçoando, sendo descobertas as sazonalidades e a criação de animais, o homem também passou a negociar a sua produção.

Até a década de 1960, como descrito por Pintor, Silva e Piacenti (2015), a agricultura era dependente dos estímulos econômicos de outros setores, como o público e o industrial, porém, no fim da década de 1960, essa visão sobre o setor agrícola começou a mudar. Nas décadas de 1970 e 1980, os estudos e as políticas econômicas passaram a estimular o progresso da agricultura rumo ao crescimento econômico. Os autores complementam, afirmando que a sociedade começou a notar a correlação positiva entre o crescimento agrícola e dos demais setores.

Compreendendo a importância do setor agrícola, Molinari (2012) expõe que o bom desempenho do agronegócio brasileiro, contribui de maneira expressiva para o desenvolvimento do país, tanto por meio do incremento de produção quanto da geração de saldos comerciais positivos com o exterior. No entanto, para obter melhores resultados e manter a competitividade no cenário internacional, é fundamental investir em novos maquinários.

Tendo em vista a necessidade de investimento no setor, para obter melhores resultados, Nês (2016) explica que o desenvolvimento de um país está relacionado com os recursos de créditos disponibilizados à população. Assim, quanto maior for a oferta de dinheiro para empréstimos, maior será a demanda e, conseqüentemente maior será o crescimento. Logo, Capobianco *et al.* (2012) complementam, mostrando que políticas públicas são propostas como ações, podendo contribuir para o crescimento deste setor na economia.

Schumpeter (1911) expõe que o desenvolvimento é um processo de transformações que surgem do próprio sistema econômico, ou seja, vindo de novas combinações na, como a introdução de novos bens, novos métodos de produção, novos mercados, novas fontes de matéria-prima, e novas formas de organização da indústria. Para que essas combinações sejam realizadas é fundamental o uso do crédito, para alocá-los nas novas combinações.

Inclusive, Capobianco *et al.* (2012) afirmam que o crédito gera um ambiente propício para o crescimento e o desenvolvimento econômico do setor. Ao financiar atividades produtivas, o crédito suprirá as necessidades dos empreendedores e o crédito possibilitando a manutenção e a, por isso, é muitas vezes considerado um mecanismo para alavancagem de uma economia.

Partindo do pressuposto que a agropecuária é uma atividade econômica que sofre influências de fatores, como clima, sazonalidades de produção e o tempo de desenvolvimento de organismos vegetais e animais, logo, o crédito é um fator primordial para o crescimento do setor (RORIGUES; SONAGLIO, 2011).

Deste modo, Rodrigues e Sonaglio (2011) relatam que o papel do crédito rural corresponde ao suprimento de recursos financeiros por meio de instituições do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), estimulando os investimentos rurais (armazenamento, o beneficiamento e a industrialização dos produtos agrícolas), além de financiar os custos de produção e os de comercialização.

Segundo Fürstenau (1987), o SNCR tem como objetivo direcionar recursos visando o aumento da produção e produtividade do setor, no qual, o excedente agrícola é direcionado ao mercado externo com custos que possibilitem colocá-lo de forma competitiva nesse mercado.

Esse aumento de produtividade

seria obtido através da alocação de recursos na agricultura que propiciariam a incorporação de novas técnicas e/ou o seu uso disseminado no conjunto de produtores agrícolas. O aumento da demanda por máquinas, equipamentos e insumos para uso na agricultura gerada desta forma obedecia aos interesses da indústria nacional produtora desses itens que tinha necessidade de ampliar, de forma significativa, o mercado para a sua produção em crescimento (FÜRSTENAU, 1987, p. 144).

No Brasil, duas datas marcam os principais incentivos de crédito à agropecuária nacional: criação, em 1937, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil e, em 1965, a criação da Lei 4.289 que instituiu o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). O SNCR criou um período de expansão da produção e a modernização da agricultura no Brasil (ARAÚJO; MEYER, 1977).

Ortolani (2000) enfatiza que esse recurso destinado ao financiamento agropecuário, possui condições especiais definidas pela política governamental de desenvolvimento da produção rural do país adotada para o setor. No Brasil, o governo, ao longo do tempo, prepara a estratégia para a produção, materializando-a nos “planos de safra”, geralmente divulgados no início do segundo semestre de cada ano (BANCO DO BRASIL, 2004).

Além disso, de acordo com González Vega *et al.* (2002), o banco comercial é o responsável por conseguir recursos excedentes para que possa repassá-los aos produtores rurais. Este investimento faz do crédito um importante canal para o crescimento e o desenvolvimento de uma economia.

Machado (2017) menciona que o sistema de Crédito Rural é um mecanismo importante para o desenvolvimento dos países, em especial os em ascensão. Haja vista o crescimento da população mundial e, conseqüentemente, o aumento da demanda por alimentos, torna-se necessária a criação de programas e financiamentos que sejam capazes de prover tais necessidades.

Por sua vez, Lima (2011) complementa, expondo que o crédito rural é um dos incentivos da política agrícola que tem como objetivos oferecer recursos que faltam aos produtores, para que assim possam executar seus projetos produtivos. Estimulando a produção, gerando cotas de produção e boas expectativas para a economia em geral. Além do que, o crédito possibilita a inovação e a renovação do poder de investimento do produtor, colaborando com o crescimento produtivo e o desenvolvimento social, ou seja, através desses benefícios, o autor afirma que através dessa oferta, haverá uma melhora na qualidade e o bem estar da população.

Segundo Rodrigues e Sonaglio (2011), o empresário schumpeteriano exerce um papel importante, pois, é ele que põe em prática as novas combinações, capazes de gerar

lucros. Para as autoras, o que traz o desenvolvimento econômico são as renovações implantadas pelo empresário. Não obstante, para que isso aconteça, o empresário necessita de capital, sendo este disponibilizado pelos bancos na forma de créditos. Isso demonstra a importante relação entre as inovações e o crédito.

Através do crédito, o produtor dá andamento aos seus projetos, modernizando seus estabelecimentos, com novas máquinas e equipamentos, apresentando um crescimento na produtividade e conseqüentemente na produção. Fürstenau (1987) complementa, afirmando que graças ao financiamento agrícola, a indústria nacional se beneficia, ou seja, consegue expandir sua produção, exportando seus excedentes, a custos reduzidos.

Por sua vez, Levine (1997) alega que a acumulação de capital e a modernização são primordiais para o sistema financeiro desempenhar ações que produzam impactos positivos para o crescimento econômico e a inovação tecnológica. Guiso, Sapienza e Zingales (2004) argumentam ainda que um cenário econômico estabilizado, faz com que os agentes de sintam motivados a investir, ou seja, promovendo o crescimento econômico local.

Sendo o principal instrumento de política agrícola, Leite (2001) afirma que através da SCNR o crédito cumpriu com o objetivo, ou seja, promoveu o aumento da produtividade do setor agrícola, fortalecendo os complexos agroindustriais e cadeias agroalimentares. Bittencourt (2003) expõe que a escassez de acesso ao crédito agrícola no setor agrícola inviabiliza o crescimento da produção, atrapalhando no surgimento de novas empresas e na ampliação e modernização das existentes.

Gasques *et al.* (2012) expõem que a transformação de insumos em produtos ocorre lentamente em um estabelecimento que não possua capital de giro para investir, porém, através da disponibilidade de crédito, o produtor detém liquidez, possibilitando adquirir insumos de melhor qualidade, acelerar a produção com melhores tecnologias e possibilitando o aumento da escala de produção pela aquisição de mais terras ou novos equipamentos.

Fürstenau (1987) destaca a importância da disponibilidade de recursos com a finalidade de investimento, pois este tipo de incentivo introduz e amplia o uso de novas tecnologias alterando, em geral, os ganhos de produtividade da terra e do trabalho. O autor ainda expõe exemplos que refletem a incorporação no processo produtivo de inovações em função do crédito que aumentam de forma permanente a produtividade do setor: introdução de máquinas em fases produtiva que anteriormente eram cumpridas manualmente; melhoramento

do sistema de irrigação das lavouras; no caso da pecuária, a melhoria ou a introdução de pastagens artificiais e o uso de novas técnicas de criação.

Lima (2011) afirma que o crédito rural destinado a promover o investimento pode ser interpretado ainda como um estímulo ao crescimento e o desenvolvimento da agropecuária, tendendo a apresentar um aumento quantitativo e qualitativo da oferta de produtos, que por fim enriquece a economia do Brasil.

2.2 POLITICAS DE CRÉDITO RURAL NO BRASIL

A política de crédito rural, entendida como um recurso para o financiamento agropecuário com taxas de juros e condições especiais (definidas pelo governo) é um dos pilares consolidados da política agrícola brasileira, apoiando os produtores do setor. (Ramos; Junior, 2010).

O processo de institucionalização do crédito rural no Brasil, de acordo com Ramos e Junior (2010), iniciou-se no Brasil Império, com a criação do Penhor Agrícola no ano de 1855. No entanto, somente em 1937, através da Lei nº 492, o governo instaurou recursos financeiros ao setor agrícola regulamentando o penhor rural e a cédula pignoratícia. Ainda, segundo Ramos e Martha-Junior (2010), a Lei nº 492, influenciou na criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI).

A criação do CREAI representou a primeira ação do governo em prol da institucionalização da política de crédito brasileira, voltada a atender a demanda por crédito. Lima (2011) ainda expõe que essa política de crédito voltada aos produtores foi realizada com exclusividade através do Banco do Brasil, e iniciou a distribuição em 1938.

O desempenho da CREAI, considerando o volume do crédito aplicado, foi na época extremamente favorável, porém, para Rodrigues *et al.* (1978, p.9),

apesar do relativo sucesso obtido como um elemento de fomento da produção e da modernização agrícola, a CREAI não cobria de modo global as necessidades de crédito a nível nacional, já que o Banco do Brasil não dispunha de agência em todos os municípios brasileiros, nem de recursos suficientes para atender aos financiamentos de prazo mais longo.

Passados 35 anos da criação da CREAI, a consolidação de uma política efetiva de crédito preferencial para agricultura veio a ocorrer em 1965, com a Lei nº 4.829/65, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) (RAMOS; JUNIOR, 2010). A institucionalização do SNCR, para os autores, tinha como objetivo financiar a produção agrícola, estimular a

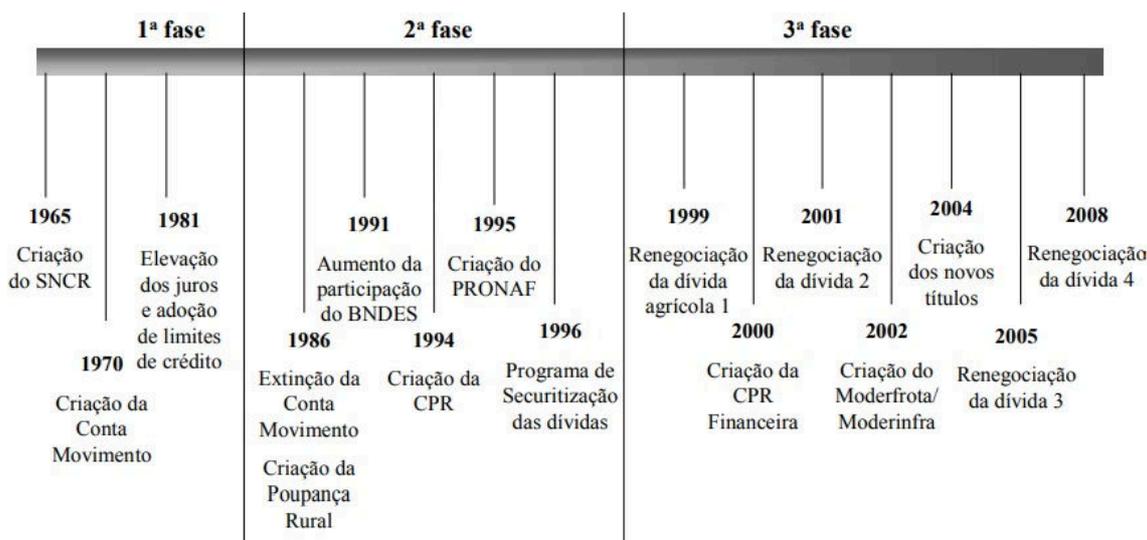
formação do capital, modernização da agropecuária pela aquisição de insumos modernos e beneficiamentos dos pequenos e médios produtores.

A criação do SNCR, de acordo com Oliveira (1995) possibilitou que o setor privado juntamente com o Estado tivesse responsabilidade pelo financiamento da atividade agrícola brasileira. Mata (1982) complementa afirmando que com o SNCR criou-se prazos adequados e fixação de taxas de juros favorecidas nos créditos ofertados.

Rodrigues *et al.* (1978), expõem que com a criação da SNCR, ocorrem algumas mudanças significativas, como por exemplo, a ampliação de recursos ao setor agrícola através da incorporação de toda rede bancária ao sistema e também a modificação das condições e garantias do empréstimo. Além do mais, segundo Coelho (2001), o SCNR autorizou a criação de medidas não inflacionárias de financiamento, por intermédio de depósitos à vista e introdução dos bancos privados, diversificando as fontes e incluindo desde os recursos próprios dos agentes até as aplicações sobre os depósitos captados.

Segundo Ramos e Martha-Junior (2010), desde a criação do SNCR no Brasil, em 1965, as estratégias governamentais em relação ao crédito rural foram alterando e se adequando ao contexto macroeconômico e às suas decisões em termos de políticas públicas ao longo dos anos. Almeida e Zylbersztajn (2008) ilustraram, conforme a Figura 1, as principais fases que caracterizam a evolução do sistema de crédito agrícola no Brasil.

Figura 1 - Principais marcos institucionais do sistema de crédito agrícola brasileiro



Fonte: Almeida e Zylbersztajn (2008).

Nas décadas de 1960 e 1970, período que no qual houve a institucionalização, Ramos e Martha-Junior (2010), afirmam que o governo, foi um grande intervencionista, pois seu objetivo principal era o de modernizar e expandir o setor agrícola por meio do crescimento da produção. Diante do exposto, uma grande oferta de crédito, junto com taxas de juros subsidiadas, fez do financiamento o vetor da modernização agrícola.

Fürstenau (1987), ainda complementa expondo que essa política de crédito, visava aumentar a produção e produtividade do setor, buscando um crescente excedente agrícola a ser canalizado para o mercado externo e cuja produção apresentasse custos para que o mercado brasileiro competisse de igual com o mercado internacional. Logo, o autor afirma que esse aumento de produção e produtividade seria obtido através da oferta de crédito na agricultura que propiciariam a incorporação de novas técnicas e/ou o seu uso disseminado no conjunto de produtores agrícolas.

A partir da década de 1970, o cenário econômico nacional passou a sofrer desequilíbrios no balanço de pagamento e pressões inflacionárias, ou seja, resultando na incapacidade do governo de continuar com o incentivo de crédito devida a falta de recursos. Nesse sentido, o processo inflacionário, permitia a liberação de créditos à taxa de juros nominal inferior à taxa de inflação, implicando em taxa de juros negativa. Juros negativos acarretam em um subsídio ao produtor (BARROS, 1979).

No entanto, Toschi (2006) afirma que devido às altas taxas de inflação a partir do final da década de 1970, o crédito rural financiado apresentava um gasto acima do esperado para o Governo. Já na “década perdida” popularmente conhecida. Schneider (2010) expõe as causas que contribuíram para esse período de recessão: dívida externa com o FMI; hiperinflação no período final do governo Sarney (1985-1989); baixo crescimento da economia e uma insatisfação popular. Diante disso, houve uma redução nos recursos destinados ao crédito rural na década de 1980, levando o Governo Federal a reduzir os gastos públicos (TOSCHI, 2006, p. 43).

Entre as principais medidas adotadas no período que se estende no início da década de 1980 a meados da década de 1990, segundo Defante *et al.* (1999) estão:

- Aumento das taxas de juros,
- Redução do volume de crédito concedido e adoção de limites de crédito para custeio;
- Extinção da conta movimento do Banco do Brasil em 1986 e criação da poupança rural;

- Submissão da política agrícola a outras políticas do governo de combate à inflação e de ajuste externo.

Gasques e Verde (1995) expõem que nesse período, foram adotadas medidas visando à recuperação da força do financiamento apresentada na década passada, como por exemplo: criação dos fundos constitucionais; fundos de commodities; e adiantamentos de contratos de câmbio (ACC). Mesmo o governo aplicando essas medidas, o setor não foi capaz de reproduzir o desempenho apresentado na fase anterior. Somente entre os anos de 1985 e 1986, o volume de crédito voltou a evoluir, em função da monetarização através do Plano Cruzado (RAMOS; MARTHA-JUNIOR, 2010).

Em função da queda no desempenho, Araújo (2000) afirma que, nesse período houve um aumento da escassez de recursos associado ao desencontro entre os índices de correção dos preços mínimos e de atualização dos saldos devedores dos empréstimos. Logo, em função desse mau desempenho o governo implementou o Programa de Securitização no ano de 1996, atribuído aos produtores com dívidas de até R\$ 200 mil com prazo de sete a dez anos e com juros de 3% ao ano mais variação do preço mínimo. O autor também cita que foram criados mais dois programas com o objetivo de reerguer o crescimento do setor: RECOOP e PESA.

As renegociações foram medidas tomadas pelo governo, devido à alta taxa de inadimplência, no qual bancos adotaram maior seletividade na concessão de crédito, Ramos e Junior (2010) expõem que a segunda etapa do programa securitização teve como objetivo melhorar a situação financeira dos produtores, prolongando os contratos firmados entre 20 de junho de 1995 a 31 de dezembro de 1997.

No que diz respeito ao pequeno produtor, a agricultura familiar no Brasil ganhou destaque econômico e social somente a partir do início da década de noventa. Segundo Ziger (2013), no Brasil, os agricultores familiares e o meio rural historicamente eram vistos de forma inferior, ou seja, um lugar de arcaico. Consequência disso, foi que ao longo anos, houve uma crescente migração dos habitantes do campo para as grandes cidades.

Porém, Oliveira (2014) expõe aos poucos houve entendimento no ponto de vista dos movimentos sociais e na visão política, onde os agentes se atentaram sobre a importância do tema tanto socialmente quanto economicamente, afastando a idéia de que a agricultura familiar era um sinônimo de pequena propriedade.

Ziger (2013), afirma que o financiamento da agricultura familiar se restringia quase exclusivamente aos recursos administrados pelo Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA). Portanto, os pequenos agricultores eram enquadrados como mini produtores, o que os colocava em situação de desvantagem, visto que, tinham que grandes empresários para competir.

Todavia, de acordo com a Nês (2016), a partir dos anos noventa começaram a surgir iniciativas de incentivo à agricultura familiar, devido à sua importância para o desenvolvimento nacional, em função do êxodo rural existente neste período e pelo motivo que as cidades não conseguiam absorver a mão-de-obra vinda da agricultura. Por conseguinte, devido às reivindicações da classe dos trabalhadores rurais, e a pressão dos movimentos sociais organizados, o governo criou políticas públicas para esse público.

Em 1996, cria-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), subsidiado pelo Governo Federal, atendendo mini e pequenos produtores rurais para o desenvolvimento de suas atividades mediante emprego direto do trabalho familiar, proporcionando ao produtor familiar um aumento na renda, agregando valor a seu produto mediante a modernização do sistema produtivo (FERNANDES, 2013).

A tendência de aumento do crédito rural, iniciada na segunda metade da década de 1990, estendeu-se aos anos de 2000, de acordo com Bacha *et al.* (2005), em razão:

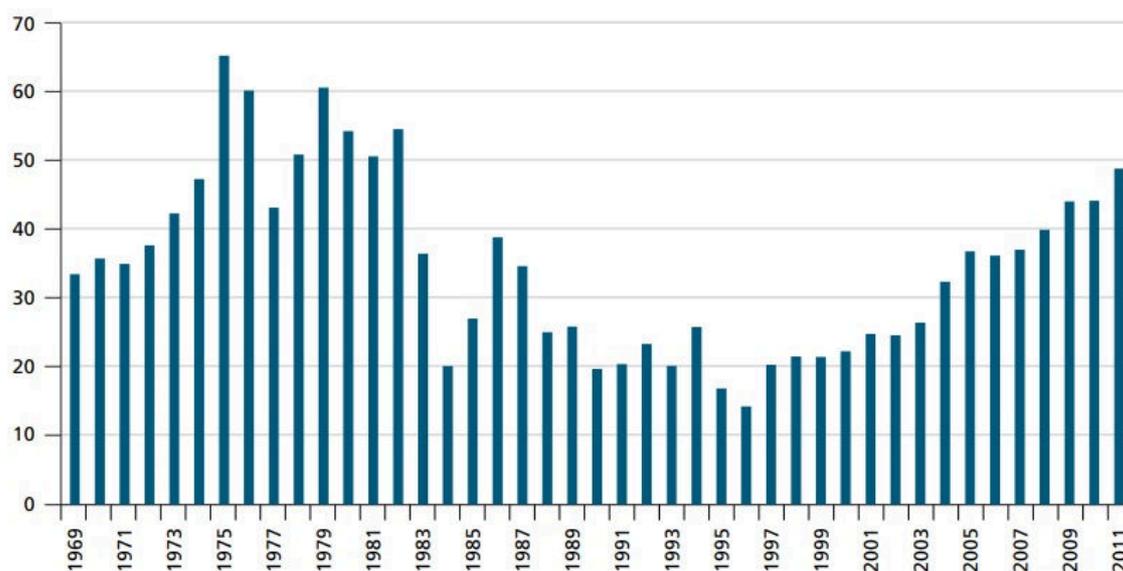
- Aumento dos gastos do Tesouro Nacional com a equalização da taxa de juros;
- Criação de novas linhas de crédito para o investimento;
- Renegociação das dívidas;
- Criação da Cédula de Produto Rural (CPR), em 2001, pela Lei nº 10.200;

No que se referem ao crédito na linha de investimentos, Buaiainain *et al.* (2014) expõe que foi lançado no ano de 2002 o Moderfrota/Moderinfra, um dos pilares da recuperação do ciclo de investimento, que no qual, apresentou positivamente um crescimento acelerado nos últimos anos. Na área do financiamento privado, no ano de 2004, foram criados cinco novos títulos de financiamento do agronegócio com o objetivo de complementar com os recursos disponibilizados pelo Estado, deste modo, acabou se tornando um atrativo para os financiadores.

Passados 54 anos da instituição do SNCR, verifica-se que as regras e os instrumentos de execução foram se adequando ao contexto econômico, ou seja, inúmeras estratégias (decisões tomadas pelo governo) surgiram buscando criar condições e dar o suporte necessário para o crescimento produtivo nacional. O gráfico 2, elaborado por Belik (2015),

mostra tudo o que foi mencionado pelos autores, com relação ao movimento de crédito no Brasil ao longo dos anos. Como se observa no gráfico, na década de 70, houve uma grande oferta de crédito, aonde segundo o autor, o crédito rural chegou a representar algo em torno de 65% do PIB do setor agropecuário. Já na década de 1980 e 1990, houve uma queda significativa, em função do cenário econômico, vindo se recuperar no final da década de 1990, em função da implementação de estratégias do governo.

Figura 2 - Participação do crédito rural no PIB da agropecuária no Brasil (1969-2011)



Fonte: Belik (2015).

Em função das mudanças no cenário econômico, segundo Cortez (2016) os governos preparam as estratégias para a produção agropecuária, materializando os chamados "Planos de Safra", normalmente anunciados no início do segundo semestre de cada ano. Basicamente, para o autor, os planos de safra atendem as medidas de incentivo à produção de determinados produtos e o volume de recursos destinados à agropecuária, inclusive o montante de crédito a juros favorecidos a ser disponibilizado no ano-safra, onde o montante irá depender da disponibilidade orçamentária do Tesouro Nacional.

Com relação à origem dos valores para aplicação do crédito rural (Figura 3), atualmente, de acordo com BACEN (2019), anualmente os bancos precisam destinar 30% dos depósitos à vista, 60% dos depósitos em poupança rural e 35% das captações com letras de crédito do agronegócio (LCA) para aplicar em operações de crédito rural (figura 3). O Banco Central é o órgão responsável por administrar o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR),

que no qual, é operacionalizado por um conjunto de instituições financeiras que concedem os financiamentos rurais.

Figura 3 - Origem atual do crédito rural



Fonte: Adaptada de BACEN (2019).

Os beneficiários do crédito, segundo o Banco Central (2018, p. 13), com base no Manual do Crédito Rural (MCR), são: produtores rurais (famílias ou empresas); cooperativa de produtores rurais; atividades envolvidas com pesquisa e outros serviços agropecuários; Serviços de escoamento da produção.

Ainda, na concessão de crédito rural, a classificação de pessoa física e jurídica deverá ser analisada através da Receita Bruta Agropecuária Anual (RBA) auferida ou em caso de expansão da atividade, com a receita estimada (BACEN, 2018) (Figura 4).

Figura 4 - Receita estimada atual na concessão de crédito rural (2018)



Fonte: Adaptada de BACEN (2018).

No que concerne ao campo específico do financiamento das atividades rurais, de acordo com o BACEN (2018, p. 7-8), e com base no Manual de Crédito Rural, visando facilitar a sua forma de distribuição, o crédito rural pode ter as seguintes finalidades atualmente:

[...] 9 - O crédito de custeio destina-se a cobrir despesas normais dos ciclos produtivos. (Circ 1.268)

10 – O crédito de investimento destina-se a aplicações em bens ou serviços cujo desfrute se estenda por vários períodos de produção. (Circ 1.268)

11 – O crédito de comercialização se destina: (Res 4.576 art 1º; Res 4.583 art 1º)

a) ao produtor rural, para cobrir despesa posterior à coleta de sua exploração ou para converter em espécie os títulos oriundos da venda a prazo da produção ou da entrega de produtos a sua cooperativa. (Res 4.576 art 1º)

b) as cooperativas de produtores rurais na atividade de beneficiamento e de industrialização, a beneficiadores, a agroindústrias e às cerealistas, definidas na alínea “b” do item 2-A da Seção 4, para aquisição de produtos agropecuários diretamente dos produtores rurais ou de suas associações, por preço não inferior aos preços mínimos ou de referência, quando necessário ao escoamento da produção agrícola. (Res 4.583, art 1º)

11-A – O crédito de industrialização destina-se à industrialização de produtos agropecuários, quando efetuada por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural. (Res 4.576 art 1º).

A linha de crédito de investimento utilizada para aquisição de bens duráveis, como maquinário e equipamentos, representa historicamente uma pequena parcela do crédito rural, porém, Fürstenau (1987) destaca a grande importância da disponibilidade do crédito da modalidade de investimento para o crescimento produtivo do setor. Segundo o autor, do recurso amplia-se o uso de técnicas mais produtivas alterando, os ganhos de produtividade da terra e do trabalho. Logo, o autor cita alguns exemplos do crédito de investimento inserido no processo produtivo que visam o aumento da produtividade: adoção de máquinas em fases do processo produtivo que anteriormente eram realizados manualmente; aperfeiçoamento do sistema de irrigação das lavouras; na pecuária, a melhoria seria na introdução de pastagens artificiais e o uso de novas técnicas de criação.

Os Programas e as linhas de investimento agropecuário existem com o objetivo de fomentar determinadas culturas ou até mesmo atividades estabelecidas como prioritárias pela política agrícola dos quais, devido a alterações de cenários econômicos, passam por mudanças para se adequar à evolução da atividade (BRASIL, 2018).

Segue abaixo as finalidades dos principais programas voltados ao investimento segundo o BNDES (2019):

- Programa de capitalização de cooperativas agropecuárias (Procap-Agro): apoio à reconstrução patrimonial de cooperativas agropecuárias, agroindustriais, aquícolas e pesqueiras, por meio de financiamento para integralização de quotas-partes e obtenção de capital de giro.

- Moderinfra: incentivo a utilização de estruturas de produção em ambiente protegido e também proteção da fruticultura em climas temperados contra a incidência de granizo.

- Moderagro: financiamentos de projetos que buscam a modernização e aumento da produtividade na agropecuária e para ações voltadas a recuperação do solo e a defesa animal.

- Moderfrota: financiamento para compra de tratores, colheitadeiras, plataformas de corte, pulverizadores, plantadeiras, semeadoras e equipamentos para beneficiamento de café.

- Programa de desenvolvimento cooperativo para agregação de valor à produção agropecuária (Prodecoop): financiamento para a modernização de sistemas produtivos e de comercialização do complexo agroindustrial das cooperativas.

- Programa ABC: financiamentos que contribuam para a redução de impactos ambientais causadas pela agropecuária.

- Inovagro: financiamento para a introdução de novas tecnologias nas propriedades rurais, visando o aumento da produtividade e melhoria da gestão.

- Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA): financiamento a produtores e cooperativas rurais para construção, ampliação, modernização ou reforma de armazéns.

- Prorenova: Financiamentos para renovação e implantação de novos canaviais para incentivo à produção de cana de açúcar.

- Pronaf Mais Alimentos: financiamento aos produtores familiares em sua cadeia produtiva e de serviços.

De acordo com o PAP 2018/19 disponibilizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2018), foi inserida a estratégia de aumentar a disponibilidade de recursos para crédito de investimento, relativamente às demais finalidades, e priorizando os programas de investimento Inovagro, PCA e ABC, ao mesmo tempo em que amplia o apoio à pecuária e ao cooperativismo.

No PAP 2018/2019 o volume de recursos que apoia os pequenos, médios e grandes produtores foi de R\$ 194,3 bilhões. Do valor total, R\$ 191,1 bilhões serão destinados para o crédito rural (custeio, comercialização, industrialização e investimentos). Dentro do crédito

rural (R\$ 191,1 bilhões), R\$ 151,10 bilhões são destinados para custeio, comercialização e industrialização, ou seja, disponibilizando R\$ 40 bilhões para investimento (MAPA, 2018).

Do total de créditos destinados ao investimento, se destaca a destinação de R\$ 8,9 bilhões para o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), R\$ 2,1 bilhões ao Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), R\$ 2,0 bilhões para o Programa ABC e R\$ 1,1 bilhão para o programa Inovagro (BRASIL, 2018).

Lopes, Lowery e Peroba (2016), complementam expondo essa grande oferta para a modalidade de custeio. Segundo os autores o crédito de custeio é importante, pois, através desse financiamento os produtores quitam suas operações relacionadas à produção agrícola ou pecuária, como por exemplo, na preparação do solo, plantio de sementes, limpeza da área e colheita, além de insumos agrícolas (fertilizantes, sementes, herbicidas, ração e vacinas para animais).

Felema, Raiher e Ferreira (2013), explicam que o aumento da produtividade é a via mais rápida para se chegar ao crescimento econômico e ao bem-estar social, pois os ganhos de produção representam a eficiência do setor produtivo. Portanto, Santana e Nascimento (2012) concluem que a crescente oferta de crédito de investimento no cenário nacional, é em função do desejo governo, através dos investimentos de longo prazo, prover o crescimento continuou da produção, através de sistemas modernos e eficazes, tornado o setor produtivo.

3 ANÁLISE DOS FLUXOS DE CRÉDITO RURAL EM SANTA CATARINA E SUAS RELAÇÕES COM O CRESCIMENTO ECONÔMICO ESTADUAL

3.1 EVOLUÇÃO PRODUTIVA DA AGROPECUÁRIA EM SANTA CATARINA

O estado de Santa Catarina localizado na região sul do Brasil, possui uma extensão territorial de 95.730,921 km², onde se compõem 295 municípios. Além disso, de acordo com o último censo apresentado pelo IBGE (2019e), o estado possui 6.248.436 habitantes, onde 5.247.913 residem em áreas urbanas e 1.000.523 em áreas rurais, apresentando, portanto, uma densidade populacional 65,27 hab./km².

Economicamente, o estado catarinense possui grande relevância para o cenário nacional, os seus diversificados setores produtivos, permitem colocar o estado no patamar de sétimo maior PIB referente ao ano de 2016, com um valor de R\$ 256, 7 bilhões, ou seja, 4,09% do PIB do país. O setor primário participa com 6,9%, o secundário com 27,1% e o terciário com 66%, segundo dados do IBGE (2019f).

Os setores produtivos, de SC apresentam uma diversificação heterogênea por diferentes regiões do estado, ou seja, descentralizando economicamente e aproveitando os recursos naturais e habilidades empreendedoras locais que proporcionam o desenvolvimento de inúmeras atividades.

Embora o setor primário apresente uma baixa participação no PIB, a sua contribuição sobre a dinâmica econômica vai mais além desse número, pois, esse setor é responsável por impulsionar os demais setores. Segundo Figueiredo (2003), o setor agrícola gera um efeito benéfico sobre o resto da economia, pois o mesmo estimula aos demais setores, ou seja, ele propaga efeitos indutores positivos para os demais setores (secundário, em função das agroindústrias e indústrias de insumos agrícolas, e o terciário, por meio de transporte e também da comercialização dos bens agropecuários).

No que concerne ao setor primário, de acordo com a Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina de 2016, o valor exportado pelo agronegócio catarinense no respectivo ano foi 4,883 bilhões de dólares, dos quais foram exportados 522 itens pelo agronegócio, representando 64% do valor total das exportações de Santa Catarina, percentual muito acima dos 45% que o agronegócio brasileiro representou do valor total das exportações. A produção animal vem apresentando nos últimos anos por mais de 60% de todo o valor da produção

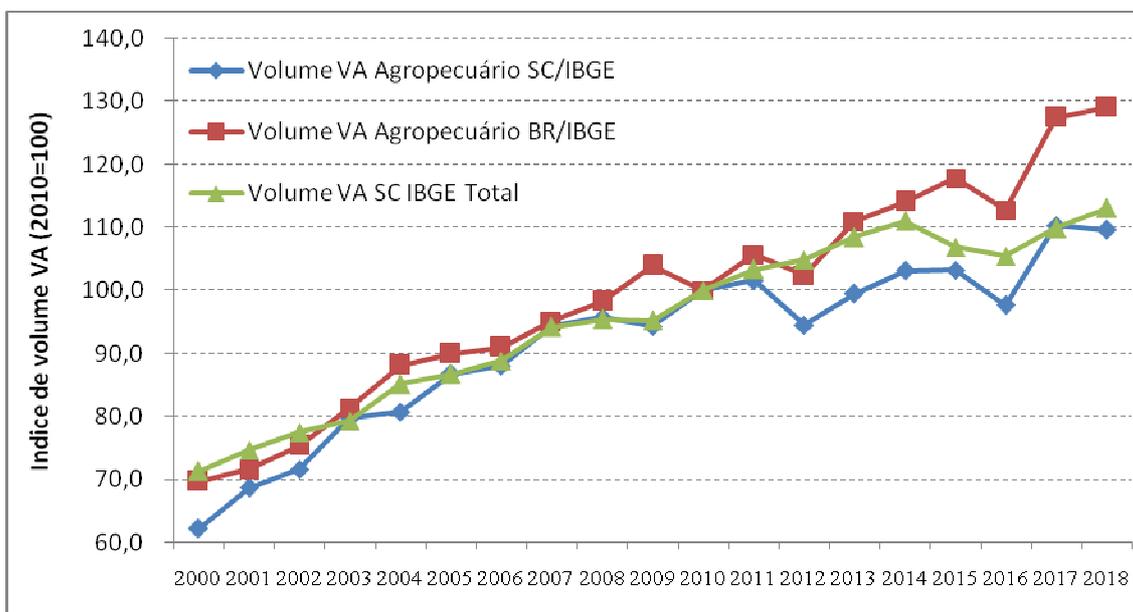
agropecuária catarinense e este é o maior diferencial do Estado em relação às demais unidades da federação (EPAGRI, 2017).

A Figura 5 apresenta através do índice de volume a evolução da produção do estado de SC assim como a evolução do setor agropecuário catarinense e do Brasil. De acordo com a figura, o estado catarinense assim como o setor agropecuário apresentam uma evolução crescente ao longo da série temporal apresentada, de maneira que os mesmos, seguem acompanhando a mesma tendência de crescimento positivo do setor agropecuário nacional.

Percentualmente, a produção de SC obteve um crescimento de 58,47% comparando o ano de 2000 com o ano de 2018, assim como o setor agropecuário que apresentou um aumento de +76,10%. No que se refere ao cenário nacional, assim como SC, o Brasil vem apresentando um crescimento significativo no período apresentado, de maneira que o país apresentou no ano de 2000 para o ano de 2018, um crescimento de +85,13%.

Portanto, analisando a Figura 5, nota-se que o setor agropecuário nacional, assim como o setor agropecuário catarinense ao longo dos anos estão apresentando uma constante evolução de produção no segmento, conseqüentemente, fomentando o crescimento econômico.

Figura 5 - Evolução do volume de produção em Santa Catarina e volume de produção do setor agropecuário de Santa Catarina e Brasil 2000 a 2018 (%)



Fonte: Adaptada do IBGE (2019d).

Dada à importância econômica que o estado de Santa Catarina desempenha, com relação ao contexto nacional, a agropecuária é um dos setores que contribuem com esse crescimento, onde, além de apresentar condições naturais que favorecem a sua produção, os avanços tecnológicos proporcionam um aumento nas capacidades produtivas e, conseqüentemente, ampliam a renda e o emprego. Porém, mesmo o estado apresentando condições naturais favoráveis, o processo de produção agropecuário está sujeito a problemas como: climas, pragas, doenças, preços em função das grandes produções ou devido à quebra de safras, volatilidade cambial, acessibilidade ao crédito, taxas de juros e investimentos diretos.

A agropecuária é uma das atividades do setor primário, responsável pela produção de bens e consumo, onde, divide-se em dois grandes ramos produtivos: agricultura e pecuária. O ramo agrícola (agricultura) abrange o conjunto das cadeias produtivas (da produção de insumos até a utilização dos produtos finais) das lavouras e atividades vegetais. Já o ramo pecuário, refere-se ao produto das cadeias produtivas de origem animal.

A agropecuária em SC é uma atividade social e econômica importante para um considerável número de famílias que vivem no meio rural. São 183.065 estabelecimentos que produzem uma diversidade de alimentos e matérias-primas para o autoconsumo, alimentação de animais e comercialização, tendo cerca de 500 mil trabalhadores diretos e muitos outros em diversas cadeias produtivas, com geração de alto valor agregado (EPAGRI, 2017).

No que diz respeito à área de produção, Santa Catarina apresenta uma estrutura fundiária de baixa concentração de terra, ou seja, uma agropecuária com pequenas propriedades, porém diversificadas, predominando a agricultura familiar.

Analisando os dados obtidos do Censo Agropecuário do IBGE (2019a) (Tabela 1) referente ao ano de 2006 e 2017, nota-se que grande parte dos estabelecimentos agropecuários catarinenses se encontra em áreas de até 50 hectares, ou seja, isso indica que com relação ao número de estabelecimentos, a área rural possui uma diversificação de estabelecimentos, onde a maioria é de pequenos produtores e com a maior parte das famílias tendo a sua renda proveniente da agropecuária.

Comparando a quantidade de estabelecimentos e as suas respectivas áreas Tabela 1, percebe-se que os estabelecimentos com menos de 50 hectares sofreram uma redução significativa nos últimos censos, nota-se também, que os estabelecimentos enquadrados acima de 100 hectares obtiveram um aumento, ou seja, é resultado de investimentos de novos

sistemas de produção que visam um aumento no crescimento da produtividade e ampliação no rendimento.

Tabela 1 - Evolução da área dos estabelecimentos agropecuários (hectares), e número de estabelecimentos em Santa Catarina (2006 e 2017)

Área total (ha)	Número de estabelecimentos		Área (1000 ha)	
	2006	2017	2006	2017
Menos de 10	69.394	67.702	334,18	325,02
10 a menos de 20	56.412	50.826	787,26	713,45
20 a menos de 50	45.310	43.972	1.339,36	1.316,70
50 a menos de 100	10.723	11.512	715,75	767,81
100 a menos de 200	4.116	4.432	552,49	596,4
200 a menos de 500	2.391	2.597	728,01	779,72
500 e mais	1.200	1.448	1.605,47	1.949,69
Outros¹	4.122	577	-	-
TOTAL	193.668	183.066	6.062,52	6.448,79

Fonte: Adaptada do IBGE (2019a).

No que diz respeito ao número e a área total dos estabelecimentos agropecuários em SC, de acordo com dos dados obtidos nos censos agropecuários do IBGE (2019a) (Tabela 1), mesmo o setor agropecuário apresentando uma queda em relação ao número de estabelecimentos, com relação à área de produção o estado obteve um aumento percentual significativo de +6,37% no último censo.

No que concerne à evolução da mecanização do setor produtivo catarinense, de acordo com o censo agropecuário de 2006, o estado registrou um total de 69.884 tratores, distribuídos em 57.249 estabelecimentos do (IBGE, 2019a). No censo agropecuário de 2017, além do crescimento no número de tratores (108.375), houve um aumento no número de outras máquinas como semeadeiras, colheitadeiras e adubadeiras, sendo assim, explica-se o crescimento das grandes áreas de produção, no qual, grandes estabelecimentos investiram na modernização.

A produção do setor agropecuário tem um papel fundamental no crescimento econômico em Santa Catarina, está entre os dez estados mais importantes. Esse destaque se deve a uma estrutura produtiva diversificada nos setor agrícola e pecuário.

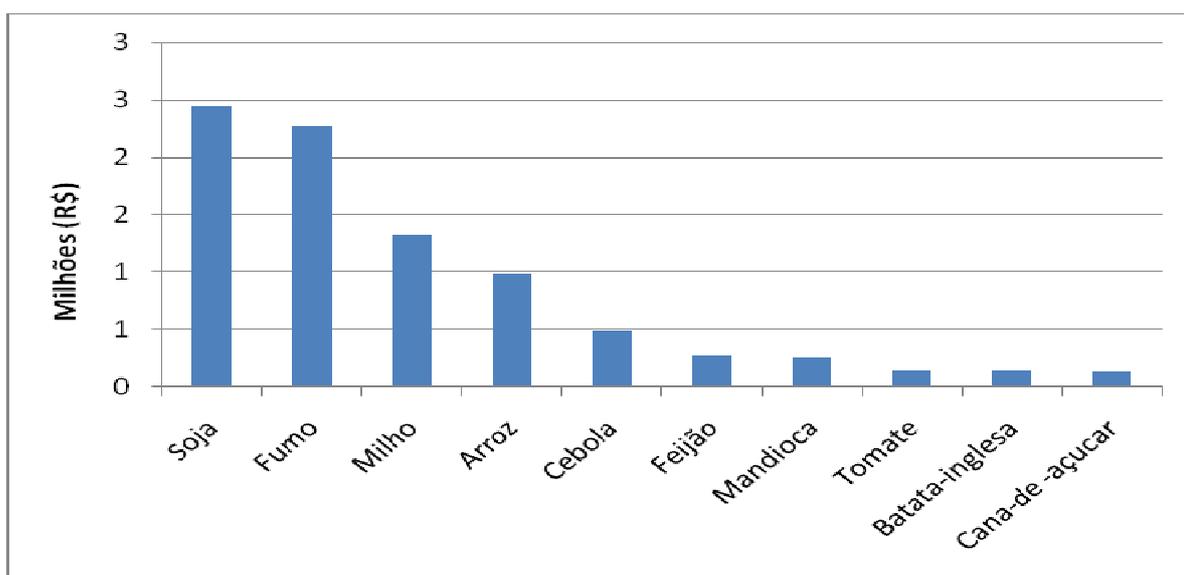
Assim sendo, cabe destacar os setores que desempenham destaque na produção: lavouras (temporária e permanente), pastagens, efetivos de animais (bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos, suínos e aves) e produção animal (leite de vaca, leite de búfala, leite de cabra, lã e ovos de galinha).

Na agricultura, as lavouras temporárias englobam áreas plantadas ou em preparo para o plantio de culturas de curta duração (menor que um ano) e que necessitassem, de novo plantio após cada colheita. Para Marion (2014), as lavouras temporárias estão sujeitas a um replantio após a colheita (período curto), ao passo que, após a colheita, são arrancadas do solo para que seja realizado um novo plantio.

Os principais produtos produzidos nas lavouras temporárias em SC no ano de 2017 são (IBGE, 2019c): abacaxi, alho, amendoim (em casca), arroz (em casca), aveia (em grão), batata-doce, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, centeio (em grão), cevada (em grão), feijão (em grão), fumo (folha), girassol, mandioca, melancia, melão, milho (em grão), soja (em grão), tomate, trigo (em grão) e tricalhe (grão).

De acordo com os dados elaborados pela Epagri (2019), os dez produtos mais importantes em 2017 do ponto de vista econômico (Figura 6) da lavoura temporária são respectivamente: soja, fumo, milho, arroz, cebola, feijão, mandioca, tomate, bata-inglesa e cana-de-açúcar.

Figura 6 - Valor bruto da produção (VBP) dos principais produtos das lavouras temporárias de Santa Catarina (2017)



Fonte: Adaptada da EPAGRI (2019).

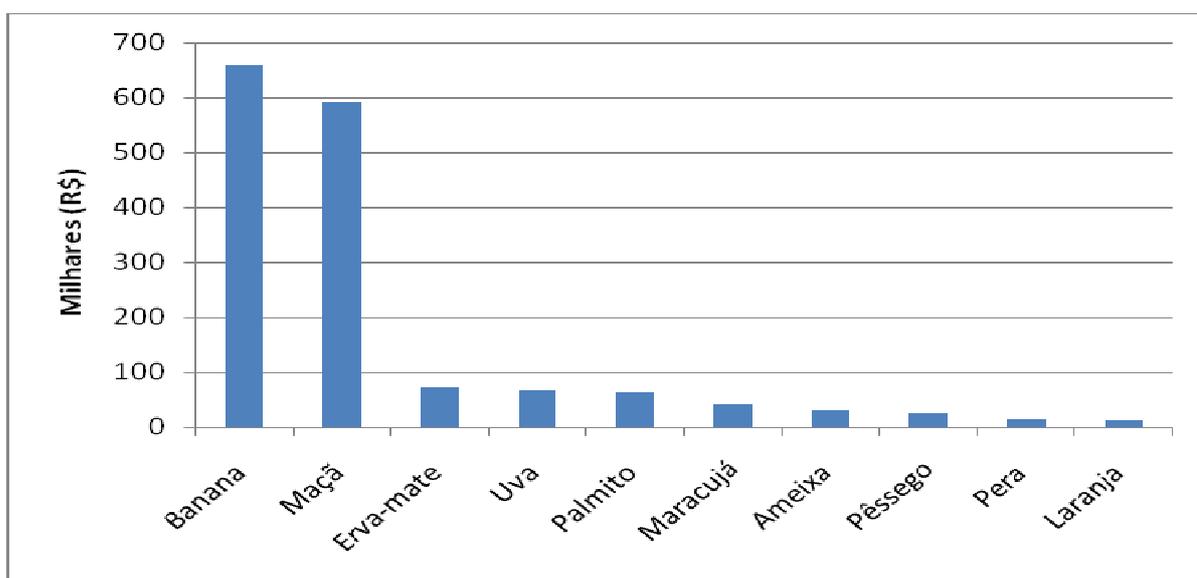
Conforme ilustra a Tabela 3, o ano de 2017 apresentou o melhor resultado, com relação à produtividade das lavouras temporárias em SC. No que se refere à área colhida, de acordo com a tabela, comparado o ano de 2001 com o ano de 2017, houve uma queda de -9,68%, já em relação à quantidade produzida, os dados mostram que o resultado foi inverso, ou seja, um crescimento de +10,79%. Por conseguinte, todas as produções apresentam uma oscilação da quantidade produzida e área colhida ao longo do período apresentado.

No que diz respeito às lavouras permanentes, nessa atividade englobam áreas plantadas ou em preparo para o plantio de longa duração, onde, após a colheita não necessita de um novo plantio, produzindo por muitos anos. Senão também, Marion (2014, p. 18) define as lavouras permanentes como aquela que no qual proporciona mais de uma colheita ou produção, destacando o período mínimo para que a cultura seja considerada permanente é de quatro anos.

Os principais produtos produzidos nas lavouras permanentes em SC são (IBGE, 2019c): abacate, banana (cacho), caqui, erva-mate, figo, goiaba, laranja, limão, maçã, mamão, maracujá, noz (fruto seco), palmito, pêra, pêssego, tangerina e uva.

De acordo com os dados elaborados pela Epagri (2019), os dez produtos mais importantes em 2017 do ponto de vista econômico da lavoura temporária (Figura 7) são respectivamente: banana, maçã, erva-mate, uva, palmito, maracujá, ameixa, pêssego, pêra e laranja.

Figura 7 - Valor bruto da produção (VBP) dos principais produtos das lavouras permanentes de Santa Catarina (2017)



Fonte: Adaptada da EPAGRI (2019).

Analisando a Tabela 2, nota-se que assim como lavouras temporárias, as lavouras permanentes apresentaram bons resultados com relação à produtividade, ou seja, ganhando eficiência no setor produtivo. No que se refere à área colhida, de acordo com a tabela, comparando o ano de 2001 com o ano de 2017, nota-se que houve um decréscimo de -3,18%, já em relação à quantidade produzida, os dados mostram que o resultado foi inverso, ou seja, um crescimento de 34,28%. Por conseguinte, todas as produções apresentam perdas e ganhos no que se refere à quantidade produzida e área colhida ao longo do período apresentado.

Além disso, a partir da Tabela 2, nota-se que as lavouras temporárias e permanentes vêm apresentando crescimento no que se refere a ganhos de produtividade. Comparando com o ano de 2016, as lavouras temporárias obtiveram um aumento percentual de +10,06%, já as lavouras permanentes obtiveram um crescimento percentual ainda maior, ou seja, registrando um aumento de +16,91%.

Tabela 2 - Área colhida (hectares), quantidade produzida e produtividade das lavouras temporárias e permanentes em Santa Catarina (2001-2017)

Ano	Temporárias			Permanentes		
	Área colhida (h)	Produção (t)	Produtividade (kg/h)	Área colhida (h)	Produção (t)	Produtividade (kg/h)
2001	1.640.929	7.913.640	4,82	75.162	1.258.650	16,75
2002	1.610.896	7.054.838	4,38	71.791	1.362.965	18,99
2003	1.716.332	8.600.504	5,01	75.351	1.382.924	18,35
2004	1.720.999	7.537.311	4,38	76.171	1.527.896	20,06
2005	1.664.243	6.784.552	4,08	77.236	1.437.236	18,61
2006	1.668.854	7.346.622	4,40	76.663	1.350.992	17,62
2007	1.678.915	8.815.669	5,25	78.366	1.499.565	19,14
2008	1.679.580	8.895.261	5,30	76.468	1.419.824	18,57
2009	1.642.121	8.075.863	4,92	73.172	1.501.567	20,52
2010	1.591.741	8.666.725	5,44	73.596	1.593.958	21,66
2011	1.551.645	8.614.313	5,55	73.380	1.543.173	21,03
2012	1.479.852	7.342.007	4,96	74.122	1.621.762	21,88
2013	1.520.025	8.515.446	5,60	72.657	1.454.897	20,02
2014	1.538.208	8.478.476	5,51	76.878	1.636.520	21,29
2015	1.504.349	8.263.200	5,49	76.895	1.625.259	21,14
2016	1.497.821	8.042.697	5,37	75.542	1.501.114	19,87

2017 1.482.633 8.767.552 5,91 72.768 1.690.211 23,23

Fonte: Adaptada do IBGE (2019c).

No que concerne à produção pecuária catarinense, inicialmente, com relação à produção de origem animal (Tabela 3), os produtos com maior produção no estado registraram um aumento significativo.

Analisando a evolução da produção de leite (Tabela 3), nota-se que o produto registrou crescimento até o ano de 2016, porém, no ano de 2017 a produção obteve uma queda de -4,30%, comparada com o ano anterior. Entretanto, comparando a produção de 2017 com a produção do ano de 2000, houve um avanço de 197,07%. Os ovos de galinhas atingiram o auge de produção no ano final do período apresentado, registrando um aumento percentual de +13,65%.

Já os ovos de codornas, é o grande destaque da produção de produtos de origem animal, devido ao grande aumento da produção (Tabela 3). Comparando o ano de 2000 com 2017, respectivamente, houve um aumento percentual de +532%. Embora, sofreram quedas nos primeiros anos, logo, recuperaram-se, cabe destacar o ano de 2015 onde a produção obteve um crescimento de +57,12%.

Tabela 3 - Produção dos principais produtos de origem animal em Santa Catarina (2000-2017)

Ano	Leite (Mil l)	Ovos galinha (Mil dz)	Ovos codorna (Mil dz)	Mel de abelha (Kg)	Bicho-da- seda (Kg)	Lã (Kg)
2000	1.003.098	136.059	3.955	3.983.695	50.485	188.130
2001	1.076.084	151.542	3.820	3.774.749	38.171	174.441
2002	1.192.690	152.335	4.937	3.828.784	767	193.991
2003	1.332.277	172.026	4.896	4.511.043	-	193.416
2004	1.486.662	186.725	4.713	3.600.652	-	208.268
2005	1.555.622	197.893	4.832	3.925.556	-	206.952
2006	1.709.812	202.415	4.373	3.990.118	-	201.739
2007	1.865.568	203.673	3.370	3.470.963	952	245.862
2008	2.125.856	209.522	3.195	3.706.463	950	256.317
2009	2.217.800	214.246	4.866	4.514.601	695	260.464
2010	2.381.130	209.582	7.582	3.965.962	176	268.991
2011	2.531.159	221.974	8.025	3.990.442	-	268.296
2012	2.717.651	247.798	8.189	4.388.589	-	274.151
2013	2.918.320	243.193	7.138	4.886.614	-	262.109

2014	2.983.250	236.367	8.079	4.783.425	-	261.954
2015	3.059.903	223.830	12.694	2.869.508	-	271.570
2016	3.113.769	229.460	17.735	4.869.268	-	280.953
2017	2.979.863	260.784	25.011	4.249.531	-	166.581

Fonte: Adaptada do IBGE (2019b).

De acordo com os dados da Tabela 3, a produção do bicho da seda é uma atividade incipiente no Estado, mas, vem ganhando adeptos, em especial os pequenos produtores. Para realizar essa atividade é necessário que o agricultor possua um galpão e uma área de terras para que se possa efetuar o plantio das amoreiras, cujas folhas são o alimento das larvas que produzem os casulos da seda.

A produção de mel iniciou a série com uma queda, mesmo assim, vem apresentando ganhos e perdas ao longo dos anos, registrando um crescimento significativo comparando o ano de 2000 e 2017, em torno de +7%. Já a produção de lã, assim como a de leite, apresentava um aumento ao longo do período, porém, no ano de 2017 a produção sofreu uma queda percentual de -40,71%, comparando com ano de 2016, logo, conseqüentemente, resultou em uma queda comparando a produção de 2000 e 2017, aproximadamente de -11%.

No que concernem as principais produções dos efetivos de rebanho no estado, segundo a Tabela 4 são: bovino, suíno (total e matrizes), galináceos (total e galinhas), codornas, bubalino, equino, caprino e ovino. Analisando a produção dos efetivos, Tabela 4, observa-se que todas as produções oscilaram ao longo da série temporal, porém, comparando o ano de 2000 e 2017 todos os produtos registraram um crescimento significativo.

Tabela 4 - Produção dos cinco principais efetivos de rebanho por cabeça em Santa Catarina (2000-2017)

Ano	Bovino	Suíno - total	Galináceos - total	Galináceos - galinhas	Codornas	Outros¹
2000	3.051.104	5.093.888	123.740.489	12.178.629	502.903	387.506
2001	3.096.275	5.516.818	124.127.525	13.066.040	496.243	370.196
2002	3.117.737	5.354.113	141.866.937	13.428.761	299.858	382.187
2003	3.189.825	5.432.143	145.652.604	12.626.669	299.238	386.730
2004	3.263.414	5.775.890	145.400.780	13.330.280	270.712	385.927
2005	3.376.725	6.309.041	156.339.440	13.927.620	300.472	400.323
2006	3.460.835	7.158.596	152.139.954	14.131.234	290.185	393.787

¹ Outros = bubalino, eqüino, suíno (matrizes), caprino e ovino.

2007	3.488.992	7.156.013	175.106.124	17.713.562	208.585	412.462
2008	3.884.264	7.846.398	178.593.035	17.707.255	204.796	438.198
2009	3.976.165	7.988.663	178.691.775	16.318.580	1.136.984	438.703
2010	3.985.662	7.817.536	173.767.575	16.408.207	1.009.087	483.924
2011	4.039.217	7.968.116	175.262.969	16.977.756	1.762.452	496.470
2012	4.072.960	7.480.183	166.605.900	17.493.868	1.519.306	501.357
2013	4.201.561	6.270.797	152.982.665	17.911.329	859.326	1.165.237
2014	4.285.931	6.178.702	164.785.490	17.954.272	575.510	1.156.271
2015	4.382.299	6.533.948	144.248.301	15.422.034	927.357	1.170.965
2016	4.499.505	6.887.376	140.146.082	15.303.715	834.196	1.194.311
2017	4.302.861	8.091.381	153.759.518	17.198.542	1.103.006	1.180.475

Fonte: Adaptada do IBGE (2019b).

A produção de bovinos, de acordo com a Tabela 4, registrou uma produção total de 3.051.104 cabeças no ano de 2000. Ao passo que, a produção vem mostrando um crescimento ao longo dos anos, chegando ao seu melhor resultado no ano de 2016, um crescimento percentual comparando com o ano de 2000 de aproximadamente +47%. Já a produção no ano de 2017, comparando com o ano de 2000 apresentou um aumento percentual de +41%. Quanto à produção de suínos (total), houve altos e baixos ao longo do período apresentado, sendo no ano de 2017 seu melhor resultado, com crescimento aproximado de 35% comparado com o ano de 2000.

No que diz respeito à produção de galináceos (total de galinhas), as produções apresentaram alternância no período apresentando (Tabela 4), onde registraram no ano de 2017, um crescimento aproximado de +13% e +26%, comparando com o ano de 2000. Já a produção de codornas, obteve o melhor resultado, registrando um crescimento de +66%, comparando os anos de 2000 e 2017. Com relação aos outros efetivos, o crescimento registrado no ano de 2013, se deve a produção registrada de suínos (matrizes).

Mediante ao exposto, observa-se que os estabelecimentos agropecuários do estado catarinense, ao longo dos anos, estão passando por mudanças visando um maior rendimento e crescimento produtivo do setor. Mudanças das quais se destacam as quedas no número total de estabelecimentos, ou seja, reflexo da queda no número de estabelecimentos dos pequenos produtores que são adquiridos pelos grandes produtores.

As produções das lavouras temporárias e permanentes possuem uma extensa e diversificada linha de produtos no qual os produtores investem em tecnologias tendo em vista

a ampliação da sua produtividade no mesmo espaço de terra. Através dos dados mostrados na Tabela 2, nota-se que o estado vem progredindo em ganhos na produção ao longo dos anos, destacando-se em alguns produtos, como a soja, fumo e o milho.

Tabela 5 - Valor bruto de produção (VBP) dos dez produtos mais importantes de Santa Catarina (2017)

PRODUTO	VBP 2017
Frango para abate	6.287.196
Suíno para abate	5.108.996
Leite	3.336.605
Soja	2.446.041
Fumo	2.269.098
Bovino para abate	1.441.327
Milho	1.318.421
Madeira	1.072.441
Arroz	978.442
Ovo de galinha	780.900
Outros	4.759.425
TOTAL	29.798.892

Fonte: Adaptada da EPAGRI (2019).

Assim como as lavouras, a pecuária vem mostrando ganhos significativos com relação à produção, sendo a principal atividade econômica da agropecuária catarinense. No ano de 2017, por exemplo, o valor bruto da produção (VBP) da agropecuária de Santa Catarina somou um valor total de R\$ 29,8 bilhões de reais (Tabela 5). Analisando a Tabela 5, nota-se que os primeiros dez produtos na composição do VBP correspondem a 84% do total registrado. Além do que, dentro desses dez produtos, os três primeiros são produtos da pecuária, reforçando a importância econômica que a pecuária apresenta no setor agropecuário catarinense.

3.2 ANÁLISE DO CRÉDITO RURAL EM SANTA CATARINA

Atualmente, o crédito rural continua sendo um instrumento essencial das principais políticas públicas de apoio à agropecuária nacional. Nessa abordagem, percebe-se que esse setor é dependente de financiamentos para produzir, investir e comercializar produtos.

Diante de tal concepção é necessário lembrar que o financiamento agrícola alicerçado nas fontes oficiais de crédito da política agrícola, funciona como um mecanismo de concessão, disponibilizando condições e taxas de pagamentos diferenciadas, tendo, portanto, uma função fundamental para o crescimento produtivo do agronegócio brasileiro.

No que concerne o período de interesse do estudo empírico desta dissertação, a Tabela 6, apresenta o número de contratos e o volume de crédito efetivado em SC e no Brasil. Em âmbito nacional, nota-se que nesses 18 anos, o país apresentou um crescimento no número de contratos até o ano de 2006, porém, na última década o número de contratos sofreu quedas consecutivas, em função do cenário no qual o país se encontrava, vindas a recuperar-se em anos posteriores. Apesar das quedas nos últimos anos, comparando o ano de 2000 que o país apresentou um número total de 1.349.234 contratos com o ano de 2017 (1.597.074), houve um crescimento percentual de +18,37%.

Em SC (Tabela 6), percebe-se também um crescimento no número de contratos no início da série temporal, porém, em 2006 o estado registrou uma queda, vindo entre ganhos e perdas nos anos posteriores. A partir do ano de 2013 o estado apresentou o mesmo comportamento nacional, nota-se que houve uma redução contínua devido aos produtores estarem receosos, em função do cenário econômico que o país se encontrava. Comparando o ano de 2000 com 2017, o estado catarinense registrou uma queda percentual de contratos em -14,66%.

Com relação à evolução do valor total financiado no Brasil (Tabela 6), nota-se que apresentando quedas no número de contratos nos anos de 2007 e 2008, o país conseguiu alavancar os valores financiados até 2014, ou seja, comparando o ano de 2000 até o ano de 2014 houve um crescimento de +1093,61%.

Em 2015, o valor financiado efetivo no Brasil registrou uma queda, comparando com o ano de 2014, mas nos anos posteriores houve uma inversão, apresentando uma recuperação. Com isso, nota-se que o país apresentou um grande salto em relação aos valores financiados, ou seja, comparando o valor total financiado no ano de 2000 (13,78 bilhões) com ano de 2017 (165,33 bilhões), representou em um crescimento de +1.099,82, mesmo apresentando uma redução no número de contratos.

Tabela 6 - Total de contratos e valor financiado em Santa Catarina e no Brasil (2000-2017)

Ano	Santa Catarina		Brasil	
	Contrato	Valor financiado (R\$ bilhão)	Contrato	Valor financiado (R\$ bilhão)
2000	158.005	1,14	1.349.234	13,78
2001	176.350	1,44	1.468.912	17,94
2002	198.886	1,69	1.718.761	22,44
2003	219.982	2,36	2.100.340	31,10
2004	241.486	2,71	2.745.587	40,45
2005	244.329	2,81	3.243.315	41,98
2006	221.259	3,22	3.522.555	43,77
2007	203.429	3,54	2.964.985	51,16
2008	215.848	4,64	2.435.282	66,17
2009	230.955	5,54	2.505.854	75,19
2010	206.379	5,78	2.336.210	82,08
2011	185.925	6,57	2.317.983	94,11
2012	211.351	7,78	2.646.731	114,85
2013	214.742	9,07	2.804.926	139,43
2014	187.134	10,83	2.584.791	164,48
2015	146.293	9,09	2.330.593	154,18
2016	144.138	11,36	2.195.496	158,86
2017	134.837	10,67	1.597.074	165,33

Fonte: Adaptada do BACEN (2019).

No que se refere ao volume total de créditos contratados em SC (Tabela 6), observa-se um movimento similar ao nacional, ou seja, obteve um grande progresso mesmo registrando reduções na quantidade de contratos. Comparando o ano de 2000 (R\$ 1,14 bilhões) com ano de 2017 (R\$ 10,67 bilhões), o estado obteve um aumento percentual de créditos efetivados de +837,18%.

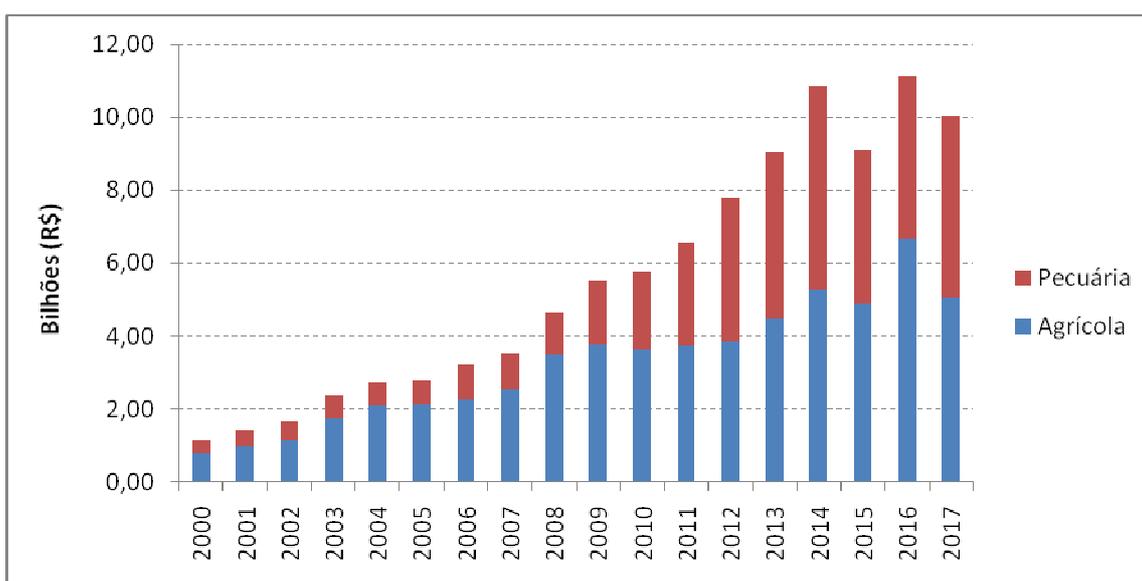
Observando a evolução do volume de produção catarinense (Figura 5) e comparando com os dados ilustrados da Tabela 6, nota-se que ambos registram um sucessivo aumento no período apresentado. Ademias percebe-se que a estratégia do governo em ofertar crédito aos produtores que não dispõem de recursos para modernizarem seus fatores de produção, desempenha um relevante papel para o crescimento econômico.

No que concerne à evolução de créditos contratados em SC por atividade (Figura 8), nota-se que os setores agrícola e pecuário, apresentam um grande crescimento em relação à contratação do crédito.

Analisando a evolução do setor agrícola catarinense, consta-se que a atividade se destaca por receber maior parcela do crédito investindo no período. Em 2016, o setor registrou o maior volume de crédito ofertado, um total de R\$ 6,69 bilhões. Comparando o ano de 2000 com o ano de 2017, o setor agrícola apresentou um crescimento nominal de +517,57.

Por sua vez, em relação à evolução do crédito ofertado a pecuária, nota-se que essa atividade registrou um grande crescimento ao longo do período, registrando em 2014 seu auge, um valor de R\$ 5,56 bilhões, superando o setor agrícola nesse ano. Comparando o ano de 2000 com o ano de 2017, nota-se que a pecuária registrou um resultado ainda melhor que o setor agrícola, ou seja, um aumento aproximado de +1.466,57%.

Figura 8 - Evolução do valor financiado por atividade em Santa Catarina (2000-2017)



Fonte: Adaptada do BACEN (2019).

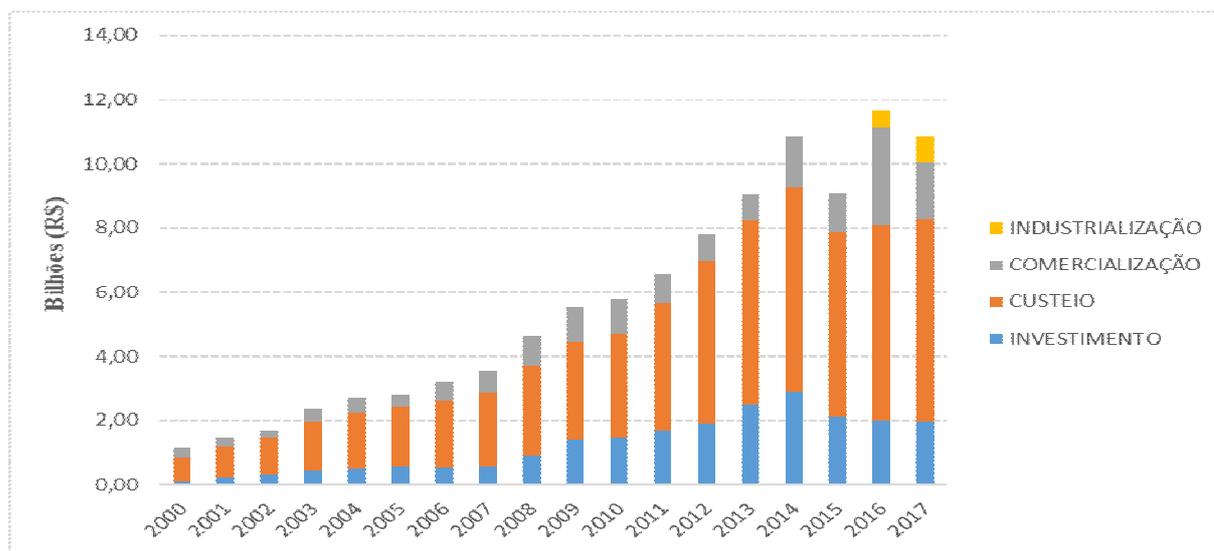
Observando a evolução da produção das lavouras de Santa Catarina (Tabela 2) e comparando com o valor contratado para atividade (Figura 8) no período analisado, observa-se que o setor obteve um grande crescimento produtivo ao longo do período, mesmo com as intemperes do tempo (clima) ocorridas. Esse resultado positivo foi obtido em função do crédito investido no setor, o que mostra a necessidade da manutenção de crédito aos produtores.

Da mesma forma, analisando a evolução da produção pecuária (Tabela 3 e 4), observa-se que o setor registou um aumento produtivo gradativo ao longo da série temporal apresentada. Esse crescimento se deve principalmente a grande oferta de crédito rural disponibilizada ao setor (Figura 8), ou seja, através dele os produtores inovaram sua cadeia produtiva, modernizando e ampliando seus estabelecimentos agropecuários.

Comparando as atividades, nota-se a predominância da agricultura em termos de crédito ofertado, porém, consta-se que a pecuária está apresentando um grande avanço nos valores financiados, principalmente na última década. Esse crescimento de incentivo à atividade pecuária é devido à sua relevância para a economia de SC, estando à frente da agricultura, ou seja, nos últimos anos a pecuária é a principal atividade da agropecuária catarinense.

As linhas e os programas de crédito rural são modalidades especiais para incentivar, desenvolver e aumentar o setor agropecuário, apoiando do pequeno ao grande produtor no campo (Figura 9). Com relação às finalidades de financiamento, o crédito rural divide-se em: crédito de custeio, crédito de investimento, crédito de industrialização e crédito de comercialização.

Figura 9- Evolução do valor financiado por finalidade em Santa Catarina (2000-2017)



Fonte: Adaptada do BACEN (2019).

O crédito de custeio, classificado como agrícola e pecuário, destina-se a financiar despesas normais dos ciclos produtivos lavouras temporárias e permanentes e de exploração pecuária, proporcionando o aumento da renda. Em SC, observa-se na Figura 9, que o crédito

de custeio, é a linha que possui maior representatividade perante as demais no que corresponde ao volume financiado.

Mesmo a linha de custeio apresentando queda no número de contratos, o valor total financiado apresentou uma crescente até o ano de 2014 (R\$ 6,37 bilhões), ou seja, comparado com o ano de 2000 (R\$ 0,75 bilhões), houve um salto percentual aproximado de +747%. Logo, após a queda do ano de 2015, a linha vem apresentando uma recuperação ao longo do período. Percentualmente, comparando o ano de 2000 com o último ano da série temporal (2017), o crédito de custeio apresentou um grande resultado, crescimento de +740,29%, ou seja, se aproximando do valor obtido em 2014.

No que diz respeito ao crédito de comercialização, destina-se ao produtor rural e as cooperativas, um adiantamento dos recursos que irá receber com a venda futura da produção, ou seja, contribuindo para evitar que os produtores sejam pressionados a vender seus produtos por preços baixos para cumprir compromissos.

O crédito de comercialização em SC possui uma pequena participação comparada com as modalidades de custeio e investimento. No que concerne sua evolução, observa-se na Figura 9, que o valor contratado nessa modalidade vem oscilando entre ganhos e perdas, porém, registra um crescimento significativo ao longo do período.

No ano de 2016 o crédito de comercialização obteve o melhor resultado referente à evolução ilustrada na Figura 9, registrando um valor total de R\$ 3,03 bilhões. Comparado esse resultado com o valor obtido no ano de 2000 (R\$ 0,28 bilhões), observa-se que a modalidade obteve um crescimento percentual de +996,81%. Em 2017 a modalidade de crédito de comercialização obteve uma retração nos valores financiados, registrando um valor total de R\$ 1,75 bilhões, ou seja, queda de -42,24%. Todavia, a modalidade apresentou um crescimento significativo comparando o ano de 2017 com o ano de 2000, nota-se então que houve um avanço de +533,46% referente à oferta de crédito de comercialização.

Em 2016, através do decreto número 8.769/2016 (BRASIL, 2016), o crédito rural trouxe uma nova modalidade que antes era dividida em três tipos de financiamento, passando então a acrescentar a modalidade de industrialização. O crédito de industrialização destina-se ao produtor rural e as cooperativas com o objetivo de financiar a automatização produtiva, desde que pelo menos 50% da produção a ser beneficiada seja de produção própria ou dos associados no caso de cooperativa.

Analisando a evolução do crédito de industrialização no estado catarinense (Figura 9), nota-se que em 2016 a modalidade efetivou um total de R\$ 0,54 bilhões. Já em 2017, o volume ofertado foi ainda maior, mostrando um crescimento percentual de +48,15% comparando com 2016.

Em relação ao crédito de investimento, modalidade de interesse dessa dissertação, destina-se ao produtor que visa o aumento da sua produção e rentabilidade, investindo em bens e serviços, que no qual, expandirá sua capacidade produtiva e diversificará suas atividades ao longo do tempo. Logo, o acesso ao crédito de investimento beneficia o produtor, que no qual terá autonomia para promover suas ações, visando o aumento da produção.

Analisando a Figura 9, observa-se que o crédito de investimento em Santa Catarina, registra um grande crescimento em relação ao período apresentando. No início da série temporal, a contratação de crédito de investimento era inferior ao de comercialização, porém, a partir de 2009, a modalidade superou, ficando atrás somente do custeio. Comparando o ano de 2000 que registrou a contratação de R\$ 0,11 bilhões com o ano de 2017 (R\$ 1,95 bilhões), logo, o estado obteve um crescimento percentual de +1673,09%. Sendo assim, o de crédito de investimento em Santa Catarina foi à modalidade que obteve o melhor resultado comparado com as modalidades de custeio, comercialização e industrialização.

No que concerne à evolução do crédito de investimentos contratados em Santa Catarina por atividade (Figura 10), nota-se que os setores agrícola e pecuário apresentaram um grande crescimento em relação à contratação do crédito, porém, após o bom resultado de 2014, os setores obtiveram quedas nos anos subseqüentes.

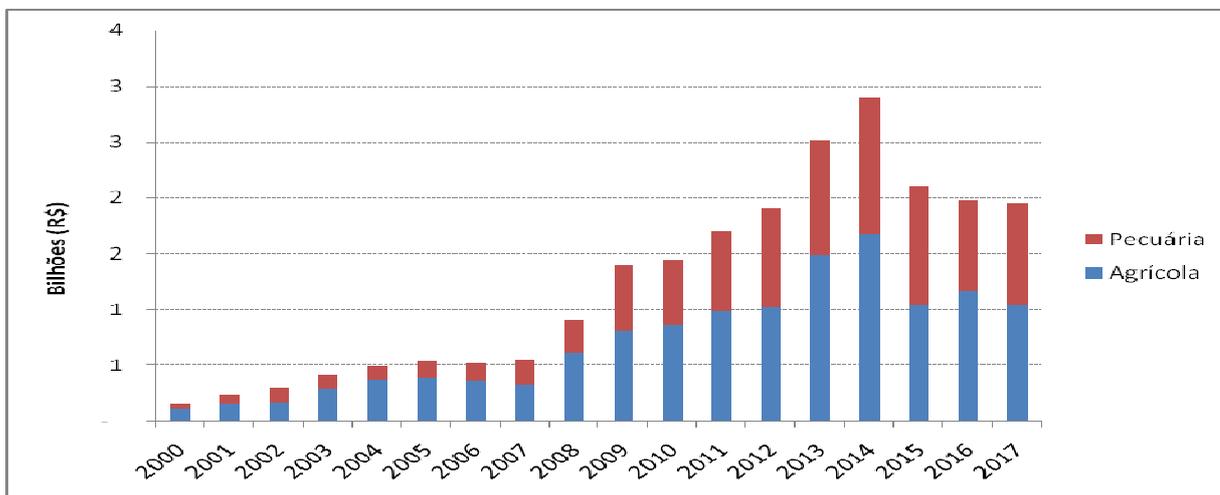
Analisando a evolução do setor agrícola catarinense referente à modalidade de investimento, consta-se que a atividade se destaca por receber maior parcela do crédito investindo no período (Figura 10). Em 2014, o setor registrou o maior volume de crédito ofertado, um total de R\$ 1,67 bilhões. Comparando o ano de 2000 com o ano de 2017, o setor agrícola apresentou um crescimento nominal de +825%.

Por sua vez, em relação à evolução do crédito ofertado a pecuária na modalidade de investimento (Figura 10), nota-se que essa atividade registrou um grande crescimento ao longo do período, registrando em 2014 seu auge, um valor de R\$ 1,22 bilhões. Comparando o ano de 2000 com o ano de 2017, nota-se que a pecuária registrou um resultado ainda melhor que o setor agrícola, ou seja, um aumento aproximado de +2134%.

Analisando a evolução da produção das lavouras (Tabela 2) e pecuária (Tabela 3 e 4), observa-se que ambos os setores apresentaram um aumento produtivo no período

analisado, mesmo passando por intempéries do tempo (clima) ou cenário político e econômico. Esse crescimento se deve principalmente a grande oferta de crédito de investimento, que modernizou e propiciou a melhoria na cadeia produtiva.

Figura 10- Evolução do crédito de investimento por atividade em Santa Catarina (2000-2017)



Fonte: Adaptada do BACEN (2019).

No que se refere aos itens financiáveis do crédito de investimento, de acordo com o guia do crédito da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, a modalidade para investimento destina-se para “investimentos fixos” como construção, reforma ou benfeitorias e instalações fixas; compra de máquinas e equipamentos de provável duração útil superior a cinco anos; criação de lavouras permanentes; recuperação de pastagens; eletrificação e telefonia rural; proteção, correção e melhoria do solo; obtenção de transporte e a aplicação dos insumos para essas finalidades, etc.

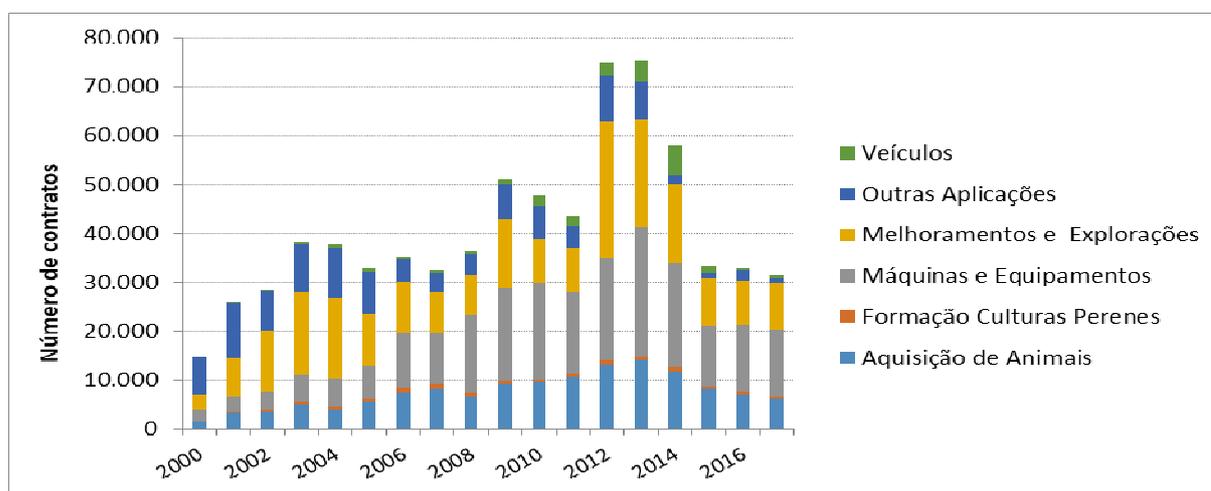
Além também, dos “investimentos semifixos” que são alocados para compra de animais de reprodução, cria ou serviço; instalações, máquinas e equipamentos de provável duração útil não superior a cinco anos; veículos, tratores, colheitadeiras, implementos, embarcações e aeronaves; e equipamentos empregados na medição das áreas rurais (CNA, 2019).

Analisando a evolução dos contratos efetivados de crédito de investimento por itens financiáveis em SC para o período considerado (Figura 11), observa-se o grande salto que a modalidade registrou. Em 2013 a modalidade registrou o maior número de contratos, um total de 75.336. Comparando os contratos registrados no ano de 2000 com o ano de 2017, houve um aumento percentual de +112%.

Em relação à evolução dos contratos da modalidade, observa-se na Figura 11, que os itens financiados apresentam perdas e ganhos, ao longo do período apresentado. Os itens, aquisição de animais, veículos, outras apresentaram um aumento significativo no que se refere ao número de contratos, principalmente entre 2009 a 2014.

O item melhoramentos e explorações registraram no ano de 2000 a quantia de 3.493 contratos, comparando com o registro de contratos ofertados em 2017 (9.611 contratos), houve um crescimento percentual de 175% (Figura 11). Já o item máquinas e equipamentos apresentaram um crescimento percentual de 553%, comparando a quantidade de contratos ofertados em 2000 e 2017, ou seja, se destacando entre os itens financiados.

Figura 11 - Evolução dos contratos dos itens financiados pelo crédito de investimento em Santa Catarina (2000-2017)



Fonte: Adaptada do BACEN (2019).

Analisando a evolução do volume ofertado aos itens financiáveis do crédito de investimento em Santa Catarina (Figura 12), nota-se que no período considerado, máquinas e melhoramentos registram um grande incentivo, ou seja, em 2017 os valores ofertados corresponderam a uma parcela percentual de 74% da modalidade.

Cabe destacar que esse resultado se deve principalmente ao programa Mais Alimentos, sendo um dos pilares da recuperação do ciclo de investimento, que proporcionou a modernização e o crescimento do setor.

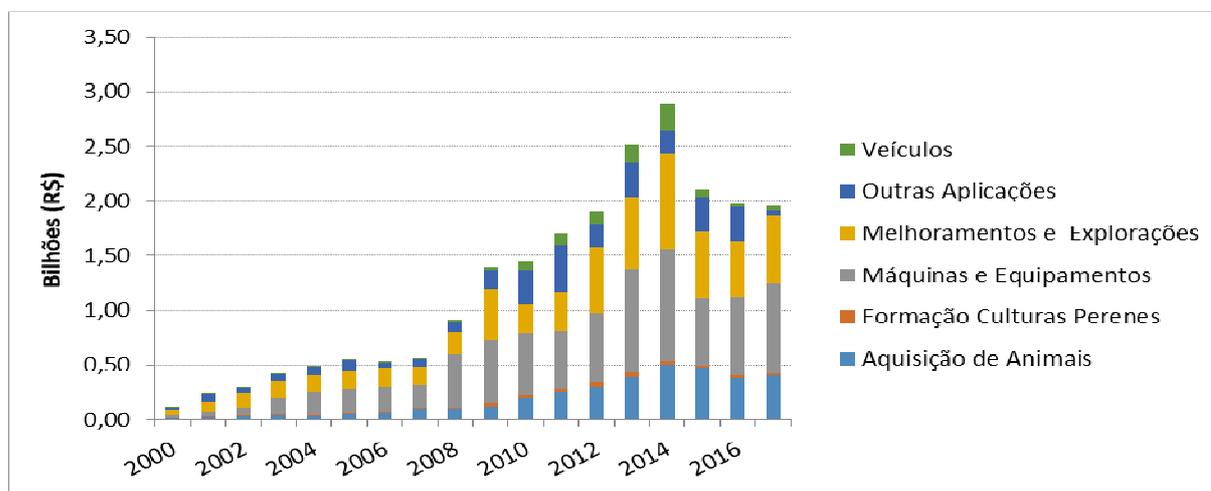
Observando a evolução do item aquisição de animais, que abrange desde a produção de carnes, leite, e até mesmo obtenção de animais de serviço, nota-se um crescimento significativo ao longo do período (Figura 12), atingido em 2014 seu melhor resultado no que se refere ao valor financiado, um total de R\$ 0,50 bilhões. Em 2015 e 2016, o item registrou quedas, porém, em 2017 recuperou-se registrando um valor total de R\$ 0,47 bilhões.

Comparando o ano de 2000 com o ano de 2017, houve um crescimento percentual de +3449,26%.

Em relação às outras aplicações que no qual abrange também créditos aos cooperados, segundo a Figura 12, observa-se uma oscilação entre perdas e ganhos ao longo do período apresentando, nota-se que em 2011 alcançou um patamar de R\$ 0,43 bilhões. Comparando com o ano de 2000, o ano de 2017 (R\$ 0,05 bilhões) obteve um crescimento percentual de +84%.

Da mesma forma, a formação de culturas perenes registra oscilações entre perdas e ganhos ao longo da série temporal, porém, comparando o valor total crédito ofertado no ano de 2000 (R\$ 0,28 milhões) com o ano de 2017 R\$ 25,42 milhões o item obteve um crescimento percentual de +9027,23%. A aquisição de veículos, conforme ilustrado na Figura 12 vem em um aumento gradativo até o ano de 2014, registrando um valor total de R\$ 258,89 milhões. Porém, nos anos posteriores, o segmento obteve uma queda, registrando no ano de 2017 um valor total de R\$ 44,17 milhões.

Figura 12 - Evolução do valor dos itens financiados pelo crédito de investimento em Santa Catarina (2000-2017)



Fonte: Adaptada do BACEN (2019).

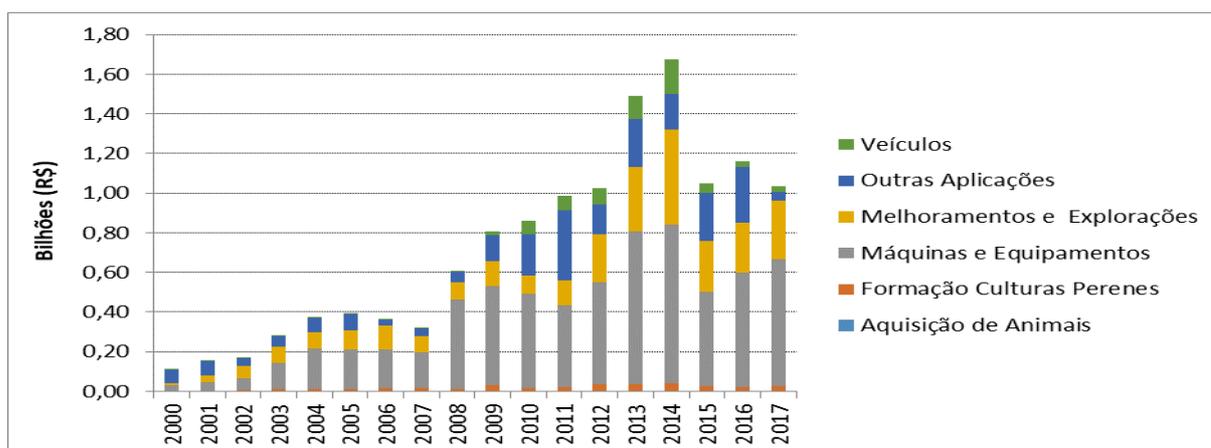
Referente ao financiamento de aquisição de máquinas e equipamentos, de acordo com a Figura 12 percebe-se a grande parcela que o item recebe visando à modernização do setor. Analisando a evolução, nota-se que em 2000 efetivou-se um valor total de R\$ 34,40 milhões já no ano final do período apresentado registrou-se um volume de R\$ 827,24 milhões, comparando, houve um crescimento percentual de +2304,66%.

Já o financiamento visando os melhoramentos e explorações, segundo a evolução na Figura 12, nota-se que esse item fica atrás somente de máquinas e equipamentos no que se refere ao crédito de obtido na finalidade de investimento. No ano de 2000 registrou-se um valor total de R\$ 35,43 milhões, mais que o de máquinas e equipamentos, porém, no ano de 2017 o item obteve um volume de R\$ 613,59 milhões, menor que o de máquinas e equipamentos. Comparando o valor total apresentado no ano de 2000 com o ano de 2017, observa-se que o item melhoramentos e explorações obtiveram um crescimento percentual de +1631,65%.

Sendo assim, o crédito voltado ao financiamento de investimentos na agropecuária catarinense, de acordo com Figura 12, registra um grande crescimento ao longo do período, atingindo o melhor resultando no ano de 2014, um valor total aproximado de R\$ 2,9 bilhões. Em 2017, segundo a Figura 12, o crédito para a modalidade de investimentos obteve um valor total de R\$ 1,9 bilhões, ou seja, um aumento percentual de +1680,68%, comparado com o ano de 2000.

Em 2015, houve uma queda acentuada que prejudicou todos os itens da modalidade de investimento. A redução no valor total de crédito a partir do ano de 2015 pode ser explicada pelo cenário no qual o país se encontrava, ou seja, em função das políticas de ajuste fiscal, o escândalo da lava jato, que atingiu grandes empresas brasileiras, fez com que os produtores criassem uma insegurança em investir.

Figura 13 - Evolução do valor do crédito de investimento no setor agrícola dos itens financiados em Santa Catarina (2000-2017)

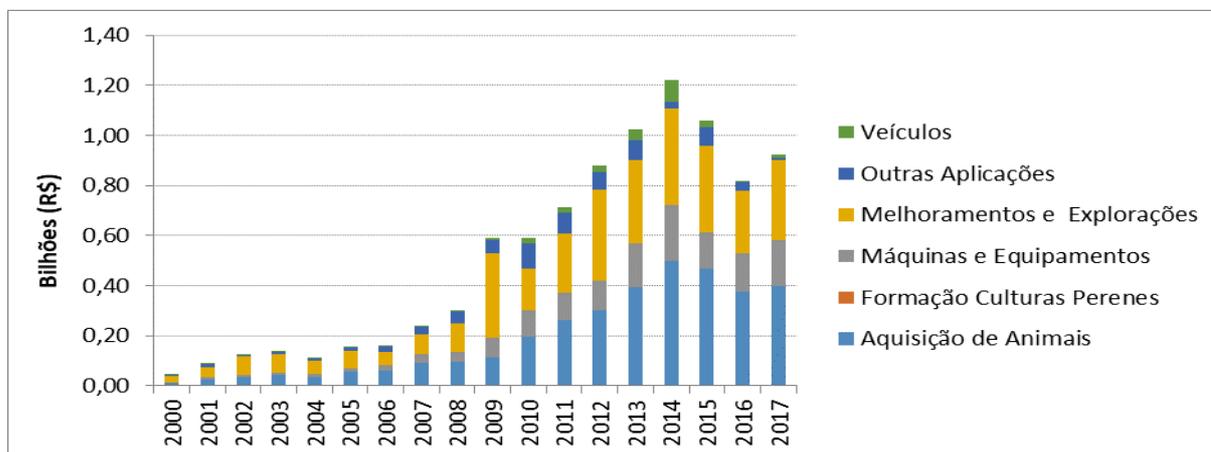


Fonte: Adaptada do BACEN (2019).

Analisando a evolução do setor agrícola dos itens financiados pelo crédito de investimento em Santa Catarina (Figura 13), consta-se que o setor investiu em sua grande parte na modernização do campo, ou seja, adquirindo novas máquinas e equipamentos e no

melhorando das explorações no campo. Em função desse investimento, observa-se que a agricultura catarinense evoluiu produtivamente no período apresentado (Tabela 2).

Figura 14 - Evolução do valor do crédito de investimento no setor pecuário dos itens financiados em Santa Catarina (2000-2017)



Fonte: Adaptada do BACEN (2019).

Referente aos itens financiados do setor pecuário catarinense (Figura 15), nota-se que grande parte do recurso investido pelos produtores foi utilizada na aquisição de animais (recria, engorda e produção de leite) e no melhoramento da cadeia produtiva. Comparando com os dados da Tabela 3 e 4, nota-se que o resultado e o bom desempenho no período apresentado está diretamente vinculado ao incentivo do crédito ao setor.

Observando os dados encontrados na Figura 5 e 12, fica evidente que a diversificada produção agropecuária catarinense tem registrado um aumento gradativo com o passar do tempo. Um dos principais fatores que contribuíram para esse crescimento foi o crédito de investimento, pois, através desta modalidade de financiamento, permitiu aos produtores modernizarem seus estabelecimentos, maquinários e equipamentos, o que possibilitou o aumento da produtividade e conseqüentemente da produção.

Apesar do cenário econômico instável, em função dos grandes escândalos e políticas públicas, o governo continua com o incentivo, apoiando os pequenos e grandes produtores através de políticas agrícolas, disponibilizando anualmente significativos valores destinados aos empréstimos, disponibilizados pela rede bancária pública, privada e cooperativas de crédito. Através desses recursos, os produtores concretizam projetos produtivos, ou seja, proporcionando crescimento econômico e um bem-estar social em suas vidas e de suas famílias.

4 CONCLUSÃO

A agropecuária é um dos setores que contribuem para o crescimento econômico do estado catarinense, além de possuir significativa relevância no contexto nacional. Nos últimos anos, analisando o volume de produção, percebe-se que os setores apresentaram um constante crescimento, acompanhando a tendência do crescimento da agropecuária brasileira.

Dessa forma, nota-se que o crescimento produtivo apresentado ao longo do período é devido às constantes mudanças realizadas pelos produtores, que necessitam adequar sua cadeia produtiva, através de inovações tecnológicas, para sobreviver ao mercado competitivo atual.

Todavia, medidas de incentivos como o crédito rural são necessárias para permitir aos produtores, que não dispõem de recursos próprios, realizar a modernização dos fatores produtivos. Em Santa Catarina o crédito rural tem sido uma das fontes importantes para os produtores realizarem seus projetos de produção.

Neste sentido, o objetivo geral deste estudo foi analisar a evolução do crédito rural e da produção agropecuária catarinense, destacando, na medida do possível, a vinculação entre eles, no período de 2000 e 2017.

Ao analisar os dados referentes ao volume de crédito contratado em Santa Catarina, nota-se que houve um aumento em valores nominais de 837,18%, passando de R\$ 1,14 bilhões em 2000, para R\$ 10,67 bilhões. Porém, o número de contratos, no estado assim como o país, registrou uma queda, que se deu principalmente a instabilidade no cenário político e econômico, o que intimidou os projetos de investimento dos produtores.

No que concerne à evolução de créditos contratados por atividade no estado, nota-se que os setores agrícola e pecuário apresentaram um grande crescimento com relação ao financiamento. O setor agrícola se destaca por receber a maior parcela dos investimentos, porém é na pecuária que os investimentos cresceram.

Analisando a evolução da produção das lavouras de Santa Catarina e comparando com o valor contratado para atividade no período analisado, observa-se o grande crescimento produtivo ao longo do período. Da mesma forma, a evolução da produção pecuária apresenta grande aumento ao longo da série temporal apresentada. Sendo assim, constata-se que os setores apresentaram resultados significativos graças ao investimento de crédito, que viabilizou a modernização da cadeia produtiva.

Comparando o crescimento das atividades, percebe-se a predominância da agricultura em termos de crédito ofertado, porém, cabe destacar que a pecuária apresentou um salto dos valores financiados, principalmente na última década. Esse crescimento de incentivo à atividade pecuária é devido à sua relevância para a economia de Santa Catarina, estando à frente da agricultura. Cabe destacar, dentre os dez produtos produzidos pelo setor, os três primeiros são produtos da pecuária (frango e suíno para abate e bovinos para produção de leite), reforçando a importância econômica que a pecuária representa ao setor agropecuário catarinense.

Com relação às finalidades de financiamento, o crédito rural divide-se em crédito de custeio, investimento, industrialização e comercialização. O custeio é a linha que possui maior representatividade no que se refere ao volume financiado, seguida sucessivamente pelo crédito do investimento, comercialização e industrialização.

Ao analisar os dados referentes aos valores contratados para o crédito de investimento, modalidade de interesse dessa dissertação, nota-se que houve um aumento em valores nominais de 1680,68%, passando de 0,11 bilhões em 2000, para R\$ 1,9 bilhões. Desses valores, cabe destacar que o setor agrícola recebe a maior parte do crédito ofertado no período apresentado.

No que se refere à evolução dos valores de crédito de investimento ofertado aos setores, comparando os dados obtidos no primeiro e no último ano da série, nota-se que o setor agrícola, obteve um crescimento percentual de +825%, ou seja, ficando atrás do setor pecuário que registrou um salto de 2.134%. Assim sendo, mesmo passando por intemperes do tempo (clima) ou no cenário político e econômico os setores apresentaram um aumento produtivo no período.

Dentro dos itens financiáveis pelo crédito de investimento no estado, identifica-se que máquinas e melhoramentos registram um grande incentivo, ou seja, em 2017 os valores ofertados corresponderam a uma parcela de 74% da modalidade. Cabe destacar que esse resultado significativo é devido principalmente ao programa Mais Alimentos, um dos pilares da recuperação do ciclo de investimento, que proporcionou a modernização do setor.

Observando a evolução agrícola dos itens financiados pelo crédito de investimento em Santa Catarina, consta-se que o setor investiu em sua grande parte na modernização do campo, ou seja, adquirindo novas máquinas e equipamentos e no melhorando das explorações

no campo. Já o setor pecuário, grande parte do valor foi destinada a aquisição de animais (recria, engorda e produção de leite) e no melhoramento da cadeia produtiva.

Dessa forma, analisando os dados referentes às produções (Tabelas 2, 3 e 4), constata-se o bom desempenho apresentado pela agropecuária catarinense ao período. Cabendo destacar, a partir dos últimos anos o cenário econômico pelo qual o Brasil se encontrava, em função da crise política fez com que houvesse uma retração nos valores contratados, percebe-se que nesse ano grande parte das produções registrou significativas quedas.

Portanto, nota-se que o bom desempenho apresentado pela agropecuária, se deve principalmente ao incentivo de crédito rural para investimento, pois através desta modalidade de financiamento, os produtores modernizam seus estabelecimentos, maquinários e equipamentos, possibilitando o melhoramento e o aumento da produtividade e conseqüentemente da produção.

Mesmo o país apresentando um cenário desfavorável nos últimos anos, percebe-se que o governo continua com o incentivo ao setor, apoiando os pequenos e grandes produtores através de políticas agrícolas (crédito rural). Com esses recursos, os produtores concretizam seus projetos produtivos, o que propicia crescimento econômico e uma melhora do bem-estar social.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Luciana Florêncio de; ZYLBERSZTAJN, Decio. Crédito agrícola no Brasil: uma perspectiva institucional sobre a evolução dos contratos. **InternexT**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 267-287, ago./dez. 2008. Disponível em: <https://internext.espm.br/internext/article/view/77>. Acesso em: 01 jul. 2019.
- ARAÚJO, Paulo F. C. de. Crédito rural e endividamento em período recente. **Revista Preços Agrícolas**, v. 14, n. 161, p. 3-6, mar. 2000.
- ARAÚJO, Paulo F. C. de; MEYER, R. L. Agricultural credit policy in Brazil: objectives and results. **American Journal of Agricultural Economics**, Oxford University Press, v. 59, n. 5, p. 957-961, dez. 1977. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1239871>. Acesso em: 01 jul. 2019.
- BACEN – Banco Central do Brasil. **Crédito Rural**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/creditorural>. Acesso em: 01 jul. 2019.
- BACEN – Banco Central do Brasil. **Manual do Crédito Rural**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/mcr/completo>. Acesso em: 01 mar. 2019.
- BACHA, Carlos José Caetano *et al.* Evolução da taxa de juros real do crédito rural no Brasil: período de 1985 a 2003. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 14, n. 26, p. 43-70, maio 2005. Disponível em: http://cepeac.upf.br/download/rev_n26_2006_art2.pdf. Acesso em: 01 jul. 2019.
- BANCO DO BRASIL. Diretoria de Agronegócio. Evolução histórica do crédito rural. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, v. 13, n. 4, out./dez., 2004, p. 10-17. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/viewFile/587/pdf>. Acesso em: 01 jul. 2019.
- BARROS, J.R.M. de. Política e desenvolvimento agrícola no Brasil. *In*: VEIGA, A. **Ensaios sobre política agrícola**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1979. p. 9-36.
- BELIK, Walter. O financiamento da Agropecuária Brasileira no Período Recente. *In*: BRASIL. Governo Federal. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília, DF: Ipea, 2014. p. 329-374.
- BELIK, Walter. **O financiamento da agropecuária brasileira no período recente**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2015. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3407/1/td_2028.pdf. Acesso em: 01 nov. 2019.
- BENTO, Daniela. **Evolução da agropecuária no estado de Santa Catarina estudo dos censos agropecuários de 1970 a 2006**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

BEUREN, Ilse Maria *et al.* (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BITTENCOURT, G. A. **Abrindo a caixa preta: O financiamento da agricultura familiar no Brasil**. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Instituto de Economia, FAPESP, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento. Crédito Rural. 2019. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/navegador/finalidades/credito-rural#!/>. Acesso em: 01 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 4.829, de 05 de novembro de 1965**. Institucionaliza o crédito rural. Brasília, DF: Presidência da República, 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4829.htm. Acesso em: 01 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.769, de 11 de maio de 2016**. Alteração do decreto nº 58.380. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8769.htm. Acesso em: 01 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Secretaria de Política Agrícola. **Plano Agrícola e Pecuário 2017/2018**. Brasília, DF: MAPA/SPA, 2017. 46p. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-agricola-e-pecuario/arquivos-pap/PAP1718.pdf>. Acesso em: 17 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Secretaria de Política Agrícola. **Plano Agrícola e Rural Safra 2018/2019**. Brasília, DF: MAPA/SPA, 2018. 38p. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/plano-agricola-e-pecuario/arquivos-pap/copy_of_PlanoAgricolaePecurio20182019.pdf. Acesso em: 01 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. **Plano Agrícola e Pecuário 2017/2018: R\$ 200 bilhões para o campo**. Brasília, DF, [2017?]. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-agricola-e-pecuario/arquivos-pap/folder-pap-2017-18>. Acesso em: 07 set. 2018.

BREITENBACH, R. Gestão rural no contexto do agronegócio: desafios e limitações. 2014. **Desafio online**, Campo Grande, v. 2, n. 2, p. 714-731, mai./ago. 2014. Disponível em: <http://www.trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/deson/article/view/1160>. Acesso em: 01 jul. 2019.

BUAIANAIN, A. M. *et al.* **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 1182 p. Disponível em: https://www3.eco.unicamp.br/nea/images/arquivos/O_MUNDO_RURAL_2014.pdf. Acesso em: 01 nov. 2019.

CAPOBIANGO, Ronan Pereira *et al.* Análise do impacto econômico do crédito rural na microrregião de Pirapora. **RESR**, Brasília, DF, v. 50, n. 4, out./dez 2012, p. 631-644.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032012000400003&script=sci_arttext. Acesso em: 01 jul. 2019.

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Guia do crédito rural safra 2017/2018**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/bibliotecas/guia_do_credito_rural_versaoonline.pdf. Acesso em: 01 nov. 2019.

COELHO, C. N. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, v. 10, n. 3, p. 03-58, jul./set., 2001. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/237>. Acesso em: 01 jul. 2019

CORTEZ, L. M. C. **Obstáculos e benefícios do turismo rural em pequenas propriedades rurais**. 2016. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Gestão do Agronegócio) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

DEFANTE, M. *et al.* O Papel do crédito agrícola brasileiro e sua distribuição por estratos de produtores. **Revista Teoria e Evidências Econômicas**, Passo Fundo, v. 7, n. 12, p. 87-110, maio 1999.

EPAGRI – Empresa da Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. **Indicadores de desempenho da agricultura e do agronegócio de Santa Catarina: 2006-2017**. Florianópolis: Epagri/Cepa, 2019. Disponível em: http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/Agroindicadores_2016_2017.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

EPAGRI, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2016–2017**. Florianópolis: Epagri/Cepa, 2017. 203p. Disponível em: http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/Sintese-Anual-da-Agricultura-SC_2016_17.pdf. Acesso em: 05 out. 2018.

FELEMA, J. RAIHER, A. FERREIRA, C.R. Agropecária brasileira: desempenho regional e determinantes de produtividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 51, n. 3, p. 555-574, jul./set. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 jul. 2019.

FERNANDES, Alana Miguel Serafini. **O PRONAF na agricultura familiar: sua criação, distribuição e principais resultados**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FIGUEIREDO, M.G. **Agricultura e estrutura produtiva do estado do Mato Grosso: uma análise insumo-produto**. 2003. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.

FÜRSTENAU, V. A política de crédito rural na economia brasileira pós 1960. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p.139-154, 1987. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1075/1416>. Acesso em: 01 jul. 2019.

GASQUES, J. G. *et al.* Produtividade da agricultura brasileira e os efeitos de algumas políticas. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, v. 21, n. 3, p. 83-92, jul./set. 2012. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/248/208>. Acesso em: 01 jul. 2019.

GASQUES, José Garcia, VERDE, Carlos Monteiro V. Novas fontes de recursos, propostas e experiências do financiamento rural. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Texto de discussão n. 392, 1995. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1822>. Acesso em: 01 jul. 2019.

GONZÁLEZ VEGA, C. *et al.* **El reto de las microfinanzas en América Latina**: la visión actual. Caracas: CAF, 2002. Disponível em: <http://scioteca.caf.com/handle/123456789/855>. Acesso em: 01 jul. 2019.

GUIMARÃES, Rafael Tavares. **Crédito Agrícola no Brasil**: Análise dos Efeitos dos Programas de Financiamento da produtividade. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Departamento de Economia, Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

GUISSO, Luigi; SAPIENZA, Paola; ZINGALES, Luigi. Does local financial development matter?. **The Quarterly Journal of Economics**, Oxford University Press, v. 119, n. 3, p. 929-969, ago. 2004. Disponível em: <https://academic.oup.com/qje/article-abstract/119/3/929/1938857>. Acesso em: 01 jul. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Censo Agropecuário 2006 e 2017**. 2019a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 01 ago. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Produto Agrícola Municipal**. 2019c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 01 nov. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Pesquisa da Pecuária Municipal**. 2019b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/tabelas/brasil/2018>. Acesso em: 01 nov. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Sistema de Contas Regionais**. 2019d. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 01 ago. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Panorama de Santa Catarina**. 2019e. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/panorama>. Acesso em: 01 ago. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Produto interno bruto dos municípios**. 2019f. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>. Acesso em: 01 ago. 2019.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Censo Agro 2017: Resultados preliminares mostram queda de 5,4% no número de estabelecimentos e alta de 6,3% na área total**. 2018. Disponível em: http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/images/uploads/alnoticias_memoria/Digitalizar_2018_07_26_12_14_05_888.pdf. Acesso em: 01 ago. 2019.

KING, R. G.; LEVINE, R. Finance and growth: Schumpeter might be right. **Quarterly Journal of Economics**, University of Oxford, v. 108, n. 3, p. 717-737, 1993. Disponível em: <https://academic.oup.com/qje/article-abstract/108/3/717/1881857>. Acesso em: 01 jul. 2019.

LEITE, S.P. Análise do financiamento da política de crédito rural no Brasil (1980-1996). **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 129-163, abr. 2001. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/190/186>. Acesso em: 01 jul. 2019.

LEVINE, R. Financial development and economic growth: views and agenda. **Journal of Economic Literature**, v. 35, p. 688-726, 1997.

LIMA, Simone Angelo de. **Financiamento agropecuário no Brasil: A influência dos riscos na obtenção do crédito rural**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

LOPES, D. LOWERY, S. PEROBA, T. L. C. Crédito Rural no Brasil: desafios e oportunidades para a promoção da agropecuária sustentável. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, n. 45, p. 189-193, jun. 2016. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/9518>. Acesso em: 01 jul. 2019.

MACHADO, Evandro Peres. **Análise do crédito rural e PIB agropecuário de Mato Grosso do Sul entre 1999 e 2013**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.

MARION, José Carlos. **Contabilidade rural: Contabilidade Agrícola - Contabilidade da Pecuária**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MATA, M da. Crédito rural: caracterização do sistema e estimativa dos subsídios implícitos. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. 215-245, jul./set. 1982. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewFile/288/6516>. Acesso em: 01 jul. 2019.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MEIRELLES, J. L. F. **Inovação tecnológica na indústria brasileira**: investimento, inovação e incentivo governamental. 2008. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

MOLINARI, Juliano. **Relação da soja com as vendas de colheitadeiras**: a realidade da John Deere no Rio Grande do Sul. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação (DACEC), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Santa Rosa, 2012.

NÊS, Danielle Reco de. **A contabilidade e o crédito rural**: uma abordagem contábil sobre o produtor rural e sua participação no Pronaf no município de Jacinto Machado/SC. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade do extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2016.

OLIVEIRA, Felipe Vilas Boas. **O Potencial da agricultura familiar no Brasil e a necessidade da utilização de ferramentas de gestão**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão do Agronegócio) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

OLIVEIRA, J. J. de. **O impacto da crise fiscal brasileira dos anos 80 no crédito rural**: mecanismos e instrumentos alternativos de financiamento agrícola. 1995. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Brasília, 1995.

OLIVEIRA, Neuza Corte de. **Contabilidade do agronegócio**: teoria e prática. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

ORFEUIL, H. Experiências francesas do microcrédito e o caso do grupo Finansol. *In*: PRETO, J. P. *et al.* (org.). **Cooperativismo de crédito e microcrédito rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 19-26.

ORTOLANI, E. M. **Operações de crédito no mercado financeiro**. São Paulo: Atlas, 2000.

PINTOR, Eduardo de; SILVA, Geisiane Michelle da; PIACENTI, Carlos Alberto. Crédito rural e crescimento econômico no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, jan./mar. 2015, p. 5-19. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/962/852>. Acesso em: 01 jul. 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho do científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. Novo Hamburgo: Universidade FEEVALE, 2013.

RAMOS, S. Y.; MARTHA-JÚNIOR. G. B. **Evolução da política de crédito rural brasileira**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2010. [*Online*]. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/77790/1/doc-292.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2019.

RODRIGUES, B. J.; SONAGLIO, C. M. Análise do sistema de crédito agrícola no Brasil nos governos FHC e Lula. **Revista de Economia Mackenzie**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 10-35,

2011. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rem/article/view/3275>. Acesso em: 01 jul. 2019.

RODRIGUES, L. P. *et al.* **Contribuição do estudo do crédito rural no Paraná**. Curitiba, PR: IPARDES, 1978. 235p.

RODRIGUES, Roberto. O céu é o limite para o agronegócio brasileiro. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 11, p. 14-15, nov. 2006. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/view/27877>. Acesso em: 01 jul. 2019.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Fazenda. Diretoria de planejamento orçamentário. **Indicadores econômico-fiscais**. 2018. Disponível em: http://www.sef.sc.gov.br/arquivos_portal/relatorios/9/Boletim_2018_marco.pdf Acesso em: 17 set. 2018.

SANTANA, C. A. M.; NASCIMENTO, J. R. **Public policies and agricultural investment in Brazil: final report**. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), 2012. Disponível em: http://www.fao.org/fileadmin/templates/tci/pdf/InvestmentPolicy/Inv_in_Br_agriculture_-_20_08_2012.pdf. Acesso em: em: 01 jul. 2019.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo v. 30, n. 3, p. 511-531, jul./set. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 jul. 2019.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juros e o ciclo econômico**. São Paulo: :Nova Cultural, 1997.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat, **Metodologia da pesquisa e elaboração da dissertação**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. [*Ebook*]. Disponível em: <http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/712/1/Metodologia%20de%20Pesquisa.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2019.

TOSCHI, André B. **As fontes de recursos do crédito rural no Brasil de 1994 a 2004**. 2006. Dissertação (Pós-graduação em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, S. C. **Gestão de pessoas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ZIGER, Vanderley. O crédito rural e a agricultura familiar: desafios, estratégias e perspectivas. **Coletânea Pequenos Negócios: Desafios e Perspectivas: Serviços**

Financeiros. Brasília: SEBRAE/NA, v. 5, 2013. Disponível em:
<https://www.cresol.com.br/site/upload/downloads/183.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.